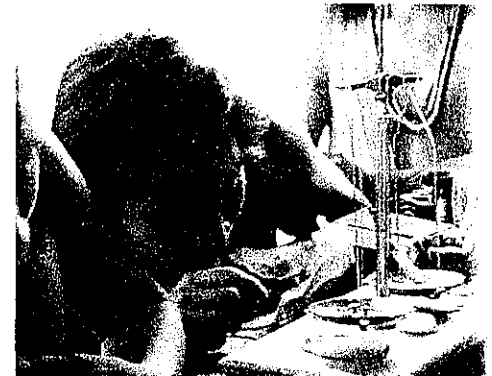


INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 23 / 11 / 97
por WAD d. 11/11

Consolidação do Projeto:

Recuperação Ambiental e Despoluição de Áreas da TI Waiãpi degradadas por garimpo



Sub-projeto 262, Ministério do Meio Ambiente, PD/A

Proponente: Centro de Trabalho Indigenista / CTI

Executor: Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA

Junho 1997



Apresentação do Projeto Consolidado

Iniciativas que geraram o presente documento

.. do CTI e do APINA:

O Projeto *Recuperação e Despoluição de Áreas da TI Waiãpi Degradadas por Garimpo* foi submetido ao Ministério do Meio Ambiente em maio de 1996, por iniciativa do CTI, para atender à demanda dos índios Waiãpi e dar continuidade as intervenções anteriores da entidade na orientação da garimpagem realizada pelos Waiãpi, em moldes não-predatórios.

A meta do Projeto é a recuperação ambiental de áreas degradadas por garimpeiros invasores e a paralela recondução das atividades extrativistas dos índios, num formato de produção mais diversificado, visando a autonomia econômica da comunidade.

... da Procuradoria Geral da República em Macapá:

Em novembro de 1996, a Comissão do PD/A, reunida em Macapá, aprova o sub-projeto, sob o número 262. Sua aprovação final dependeria do encaminhamento de documentos complementares (mapas de localização e indicação dos alvos a serem atingidos durante e após a vigência do Projeto PD/A), informações essas que foram imediatamente enviadas ao MMA. Entretanto, poucos dias depois, por solicitação da Procuradoria Geral da República em Macapá, a tramitação do Projeto rumo à sua aprovação final e início de execução é suspensa.

A principal justificativa para o bloqueio do Projeto por parte da Procuradoria foram denúncias de alguns índios das aldeias Ytuwasu e Manilha - antes atendidas pela Missão Novas Tribos que a Funai acabava de retirar da área - lançando dúvidas a respeito das intenções do CTI quanto à execução do Projeto em parceria com o Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA. Os representantes das demais aldeias Waiãpi e do APINA desmentiram imediatamente as denúncias, mas não foram devidamente ouvidos, de tal modo que a Procuradoria manteve, meses a fio, uma interpretação equivocada a respeito da proposta de trabalho. Nos meses que se seguiram, a polêmica ampliou-se na forma de uma campanha sistemática de difamação contra o CTI (*ver anexo 6*).

... da Funai:

Por iniciativa da Divisão de Políticas Setoriais da Funai, foi realizada em Macapá, em abril de 1997, uma reunião para discussão do Projeto, da qual participaram várias instituições envolvidas na polêmica. A oportunidade da reunião foi fundamental para que os Waiãpi fossem ouvidos.

... do MMA/ PDA:

Na reunião, os representantes do PD/A decidem ampliar o prazo -inicialmente previsto para janeiro - para o início da execução do Projeto até o dia 10 de julho. As dúvidas que pairavam no que diz respeito às denúncias formuladas pelos índios Kaubi, Taruku e Saku são desfeitas, uma vez que esses representantes das aldeias Ytuwasu e Manilha não reiteraram suas denúncias de forma consistente. Por sugestão dos representantes do MMA e como resultado da reunião, acordou-se que o CTI encaminharia aos órgãos designados pela Procuradoria para avaliar a proposta, um conjunto de informações complementares às indicadas no formulário do PDA.

Conteúdo do Projeto Consolidado:

São essas informações que apresentamos a seguir, num conjunto de textos que detalham os aspectos antropológicos, ambientais e geológicos que embasam a proposta de trabalho do CTI e do APINA. Esses textos e os documentos anexos, relativos à etapas anteriores do trabalho do CTI em apoio à garimpagem indígena, fornecerão elementos aos pareceristas para analisar a interpretação da Procuradoria à respeito das metas do Projeto. Uma interpretação que consideramos equivocada, na medida em que pretende enquadrar as metas do Projeto no campo da "mineração em terras indígenas", como consta dos considerandos do Inquérito Civil Público aberto pela PGR para apurar a legalidade das atividades do CTI junto aos Waiãpi (*Portaria número 11, de 01/12/96*).

O Projeto Consolidado consiste numa descrição mais detalhada dos elementos técnicos em que se apoia a proposta de trabalho. Organizamos essas informações na forma de três textos, de autoria dos assessores do CTI e de uma entidade a quem solicitamos consultoria para o detalhamento das técnicas de recomposição vegetal, como segue:

- 1. Primeiro texto complementar: aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos;*
- 2. Segundo texto complementar: questão ambiental e aspectos técnicos;*

3. *Terceiro texto complementar: questão florestal / consultoria REBRAAF;*
4. *Formulário do PD/A : texto base do Projeto*

A consultoria prestada pela REBRAAF integra uma das contrapartidas - já em andamento, apesar do bloqueio do Projeto - assumidas pelo CTI para a execução do Projeto. As demais contrapartidas indicadas no formulário, e que também estão em andamento, dizem respeito às atividades de capacitação dos índios, tanto na parte de educação formal, saúde, etc...

É essencial, por parte dos pareceristas, o entendimento do conjunto de ações sob responsabilidade do CTI e do APINA que circundam o programa a ser desenvolvido com apoio do PD/A . Sugerimos, nesse sentido, a leitura do texto anexo:

1. *Informe do CTI sobre as atividades do Projeto Waiãpi /AP.*

A etapa de recuperação ambiental e fomento à auto-gestão indígena que se planeja agora foi formulada como continuidade às etapas anteriores de trabalho, cujos resultados positivos justificaram a apresentação do programa a ser apoiado pelo PD/A. Informações relativas à essas etapas anteriores encontram-se nos documentos anexos:

2. *Estudos geológicos e ambientais realizados na Al Waiãpi no período de 1991 a 1994 (Luis Vessani);*
3. *Controle territorial e diversificação do extrativismo na Al Waiãpi, Segundo Relatório CTI/CEE, 1993/94 (Dominique T. Gallois e equipe CTI);*
4. *Projeto Demarcação Waiãpi, Súmula do Relatório Final, apresentado à GTZ e à Funai, 1996 (Dominique T. Gallois e Marco Antonio Gonçalves);*
5. *Indicações bibliográficas complementares sobre a TI Waiãpi;*
6. *Campanha difamatória contra o CTI, junho 1997.*

Parecer complementar, à cargo da PGR:

Cabe finalmente ressaltar que o CTI estava aguardando, antes de apresentar a documentação relativa ao Projeto Consolidado, um parecer jurídico, a ser elaborado pela Dra. Débora Duprat, representante da Sexta Câmara da PGR na reunião em Macapá. Não dispondo, até o momento, de elementos em contrário e/ou complementares para analisar esta questão, o CTI continua embasando sua proposta de trabalho no Artigo 44 do Estatuto do Índio que garante aos índios exclusividade nas atividades de cata, faiscação e garimpagem em suas terras.

Primeiro Texto Complementar para o Entendimento do Projeto: **Recuperação e Despoluição** **de Áreas da Terra Waiãpi Degradadas por Garimpo**

Elaborado por Dominique Tilkin Gallois
Departamento de Antropologia / USP,
Coordenadora Programa Waiãpi / CTI
Junho de 1997

Nós estamos lutando naquele caminho mesmo. Para nós, não tem dois caminhos. Porque nós não temos ainda o maquinário, vocês não viram ainda a gente trabalhar, estragando a nossa terra. Não vamos estragar nossa terra. Fomos nós Waiãpi que discutimos o Projeto, com todos os chefes, e criamos o (Projeto do) PD/ A.

Sabemos que vocês, autoridades, são nossos amigos, mas não estão entendendo o nosso Projeto, é preciso esclarecer para vocês. Vocês são autoridades de seu povo. Eu também sou, do meu povo.

O (Projeto do) PD/ A é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso. É também para tirar ouro, para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e, por isso, não podem prender o nosso Projeto.

Essas palavras do Chefe Waiwai, da aldeia Mariry, traduzidas pelo jovem professor Aikyry, no final da reunião de trabalho realizada em Macapá, no dia 10/04/97, sintetizam a posição da maioria da comunidade Waiãpi e a do APINA. Não aceitaram “outro caminho”, quando lhes foi proposto modificar o conteúdo do Projeto, excluindo-se as atividades referentes à extração secundária de ouro aluvionar e mantendo-se, apenas, as ações de reflorestamento visando recuperação dos estragos causados pelos invasores.

Efetivamente, se, para os índios não há “dois caminhos”, para a assessoria técnica e a direção do CTI, o desmantelamento da proposta é efetivamente inviável. No que segue, procuramos explicitar os antecedentes que nos levaram à formulação do Projeto e à sua defesa, nos moldes inicialmente propostos.

Para tanto, é preciso considerar antecedentes históricos que indicam a estreita relação - em termos antropológicos - entre os elementos culturais, sociais, políticos e econômicos que embasaram o programa de atividades proposto ao PD/A .

1. Metas do Projeto

Homem branco não manda em nós. Homem branco só fala de garimpo, garimpo, garimpo! Não é isso não ! Branco fala que índio vai virar garimpeiro. Índio não vai virar garimpeiro. Garimpeiro é quem estraga a terra.

Será que homem branco vai cuidar da terra de índio ?

Não. O branco cuida da terra dele.

Índio não fala que vai cuidar da terra do branco.

Nós fizemos Projeto porque já chega de buraco.

Não estamos pensando só em ouro.

Pensamos em como limpar nossa área. Ninguém quer trabalhar errado.

O projeto não é de garimpo não, tem muita coisa estragada, tem malária, tem peixe contaminado. Acho que é mercúrio, porque antigamente não tinha isso.

(...) Nós sempre continuamos a fazer curso. O projeto não é só ouro não ! Tem muitas outras coisas a fazer com apoio do Projeto. Nossa oficina está parada e aqui na cidade está cheio de motor quebrado.

Por isso, índio precisa aprender a trabalhar sozinho. Para se virar sozinho sem precisar pedir dinheiro ao branco. É isso que nos queremos (...). (Kasiripinã, aldeia Ari, Presidente do APINA).

Como explicava Kasiripinã, as principais objetivos do Projeto são:

- a recuperação ambiental de trechos da bacia do Igarapé Aimã, uma área central da TI Waiãpi, selecionada como alvo inicial por ser intensamente ocupada pela comunidade indígena; os procedimentos do Projeto devem garantir a participação intensa de equipes indígenas de diversas comunidades locais (12 aldeias) e a continuidade do controle que estas exercem sobre os recursos naturais de seu território; o trabalho a ser realizado no primeiro alvo escolhido pelos Waiãpi, poderá futuramente ser adequado para a recuperação de outras zonas degradadas, numa forma auto-gerida pela comunidade indígena;
- a capacitação da comunidade para a gestão dos recursos resultantes da produção secundária de ouro aluvionar, na forma de investimentos capazes de atender demandas coletivas, sob supervisão do APINA;
- a diversificação concomitante das atividades extrativistas e agro-florestais, num formato capaz de atender, a longo prazo, as demandas específicas das 12 aldeias

da área, tanto no que diz respeito à auto-subsistência quanto à produção para comercialização, que será gerida pelas comunidades locais sob supervisão do APINA.

As metas de recuperação ambiental e de fomento à autonomia da comunidade na gestão de recursos destinados à atender demandas coletivas só serão alcançadas mantendo-se a complementaridade das demais intervenções do CTI atualmente em curso na área, realizadas por uma equipe de técnicos qualificados, especialmente no que diz respeito aos programas de capacitação visando a diversificação das atividades de auto-subsistência e de produção de excedentes para comercialização. A continuidade desses programas representam a contrapartida do CTI aos recursos alocados pelo PD/ A .

2. Antecedentes na experiência dos Waiãpi como o garimpo

O correto entendimento do Projeto exige o conhecimento da relação histórica dos Waiãpi com a questão do garimpo, resumida a seguir e complementada nos documentos nos textos indicados na bibliografia em anexo. Essa relação é, de fato, uma dominante de sua história de contato, que motivou a proposta de trabalho do CTI e do APINA, já abordada nas análises antropológicas prévias, acima citadas.

Na década de 70, perdas territoriais e dependência

O envolvimento dos Waiãpi com a questão do garimpo remonta ao início da década de 70, quando invasores trouxeram morte e destruição em várias aldeias da área. Desde então, o confronto entre índios e não-índios na região do Amapari é dominado pela questão do controle do ouro daquela terra indígena.

O “garimpeiro” tornou-se uma figura central na ideologia e nas práticas de enfrentamento dos Waiãpi. Tal contraposição incrementa-se, hoje, na diferença de práticas utilizadas para a extração de ouro aluvionar: mesmo tendo assumido a garimpagem como uma atividade sua, os Waiãpi não se consideram “garimpeiros”, justamente porque reverteram todo o conjunto de hábitos depredatórios que haviam adquirido em sua convivência com os invasores.

Os garimpeiros contactaram os Waiãpi antes da equipe da Funai, que acompanhava a construção da Rodovia Perimetral Norte. Para “desobstruir” a região da presença indígena e permitir a passagem da estrada, a Funai criou uma frente que, entre 1973 e o final da década, se empenhou em reunir todos os Waiãpi em torno dela.

Iniciava-se a fase de maior risco para a existência dos Waiãpi. Com a atração em torno do posto, sua terra ficou aberta à levada de invasores que se sucederam para explorar fauna, flora e, principalmente, minérios. Explicitamente desestimulados pelos agentes da Funai, os índios deixaram de exercer atividades produtivas em zonas distantes do posto; atingidos por doenças para as quais não conheciam cura, praticamente todos os grupos locais se concentraram em torno da Funai e, posteriormente, de missões evangélicas (SIL e MNTB) na esperança da “proteção” que lhes era prometida contra os invasores. Instaurava-se, assim, um processo de dependência que se incrementou ao longo de 10 anos consecutivos.

Desencanto e volta à floresta, na década de 80: o controle das invasões

A década de 80 representou um momento de virada rumo à restauração da organização política/territorial, resgatando-se alguns princípios do modo de ser tradicional. O padrão de ocupação dispersa foi retomado para romper o aprisionamento e as tensões advindas da concentração em torno dos postos assistenciais. Crescia o desencanto com essa convivência, já que a troca barata de artesanato e de produtos extrativistas nunca supria a dependência nos produtos industrializados (principalmente armas de fogo e munição) que esses mesmos agentes introduziam no cotidiano das aldeias. Por outro lado, quando saíam em expedições de média distância, os Waiãpi continuavam encontrando invasores circulando pelas zonas de ocupação tradicional. Aumentava a decepção com a demora da Funai e da Polícia Federal em atender seus apelos para a retirada dos invasores.

Foi este o contexto que impulsionou um movimento interno pela retomada e pela exploração exclusiva - para atividades produtivas de auto-subsistência e visando a comercialização - de uma extensão de terras que passaram a defender como sua e que correspondia basicamente a área ocupada antes da chegada da Funai.

O novo conceito de “limites” surgiu no confronto com invasores. Guiados por alguns líderes mais conscientes da inoperância da proteção oficial, os Waiãpi assumiram expulsar os garimpeiros. Entre 1983 e 1993, sucederam-se cerca de 20 operações, sob exclusivo controle dos índios. É essencial esclarecer que se os Waiãpi foram capazes de “limpar” sua terra das invasões, é porque essas eram dispersas e de pequeno porte: 10 a 30 garimpeiros em cada local, podiam ser retirados com métodos mais humilhantes do que violentos. Todas as pistas de invasão passaram a ser vigiadas, a partir de acampamentos que as famílias iam abrindo, alguns transformados em aldeias. Ao mesmo tempo em que recuperavam porções da área,

os Waiãpi passaram a ocupar e trabalhar nas grotas antes exploradas pelos garimpeiros.

Os Waiãpi assumem a garimpagem, afirmando seu controle da área

Nos anos 70, ao invés de retirar os invasores, os funcionários da Funai facilitavam-lhes a entrada. Foi quando algumas famílias Waiãpi experimentaram, primeiro juntamente aos garimpeiros e depois por sua conta, a faiscação manual de ouro. Nos anos 80, um número crescente de famílias optou não apenas por ocupar, mas por explorar sistematicamente os garimpos liberados pelos invasores. Este sistema de exploração incluía não apenas o trabalho de extração de ouro, mas a abertura de roças e a construção de acampamentos. Era uma estratégia política de controle ao mesmo tempo que uma alternativa de subsistência.

Naquele período, para suprir sua demanda em bens industrializados (pano, armas, munição, panelas, lanternas, pilhas e, muito raramente, produtos alimentares) a alternativa que se apresentava aos Waiãpi era a de aumentar a rentabilidade de suas formas tradicionais de manejo da floresta: coleta de castanha, de copaíba e de frutas diversas, captura de papagaios, araras, jabutis, jacarés para a venda, produção de artesanato e extração de ouro aluvionar.

É relevante mencionar que, por sua própria iniciativa, a maioria dos Waiãpi não se interessou pela venda de produtos agrícolas, por serem idênticos aos produzidos pelos colonos da Perimetral Norte (farinha de mandioca, bananas). As experiências nesse sentido sempre provaram serem pouco rentáveis (*ver o item "Sustentabilidade do extrativismo em escala familiar" no Segundo Relatório apresentado à CEE, pag.9 e seguintes, em anexo*).

Pouco a pouco, perceberam que o melhor "marketing" era enfatizar seu modo de vida tradicional "na floresta", que foi adquirindo um valor étnico - para dentro e para fora. É desta forma que o ouro foi inserido nessa auto-representação, reelaborando-se a mitologia no sentido de atribuir aos criadores míticos a responsabilidade pelo controle do ouro de toda a terra (*ver Gallois, 1987 e 1993*). Este controle, ao mesmo tempo cosmológico, político e econômico foi sintetizado pelo chefe Waiwai, já em 1986: *"O ouro é nosso. Nós vamos trabalhar sozinhos, devagar, porque o ouro não estraga, está guardado em nossa terra"*.

3. Resultados e diretrizes do programa do CTI na TI Waiãpi

São essas iniciativas dos Waiãpi que o CTI vem apoiando desde 1991, discutindo com as diferentes aldeias a seleção de produtos destinados à comercialização e as formas de organização e trabalho em moldes socialmente e ambientalmente adequados à meta - formulada e sempre atualizada pelos próprios Waiãpi - de preservação de sua integridade cultural e territorial.

Assim, foi possível interromper a captura e a venda, a vil preço, de animais silvestres; investir em testes de comercialização de copaíba (que não deram certo); diversificar os pontos de venda do artesanato (que continua pouco rentável) e aumentar a produtividade da fiação de ouro, reconduzindo esta atividade num formato adequado ao controle ambiental.

A garimpagem de ouro aluvionar - há cinco anos realizada com apoio de motobombas para a lavagem do cascalho - e a silvicultura nas picadas da demarcação (*ver o Relatório Demarcação, em anexo*) são as duas alternativas que mais interessam, no momento, aos Waiãpi. É evidente que, desde o início de sua atuação, o CTI pretende incentivar os Waiãpi na busca de outras alternativas, cuja implementação deverá ser conduzida de forma adequada ao controle exclusivo dos índios. O Projeto PD/A é uma etapa indispensável neste processo.

A garimpagem Waiãpi, reorientada com assessoria do CTI

Hoje, mais de um terço dos grupos familiares dedica-se, de modo intermitente, à fiação de ouro aluvionar. Garimpar é uma atividade totalmente integrada ao ciclo de subsistência, que inclui além da agricultura, a caça, a pesca, a coleta de espécies vegetais, algumas delas para fins de comercialização. Fiscalização, pesquisa e produção de ouro, assim como o extrativismo vegetal, tornaram-se facetas da mesma estratégia de controle territorial.

A assessoria do CTI consistiu no repasse de técnicas simples de extração não-predatória, eliminando-se completamente o uso de mercúrio e outras práticas desordenadas de fiação que os Waiãpi haviam herdado do convívio com garimpeiros. O novo modelo de garimpagem, hoje consolidado, favorece a recuperação das áreas trabalhadas, transformados em sítios de frutíferas nativas. Todos os garimpos explorados pelos Waiãpi são, antes, uma roça, ou seja uma aldeia, capaz de produzir festas de caxiri, etc... e serão, no futuro, capoeiras repletas de frutíferas "para os netos" (*ver o Segundo Texto Complementar, do geólogo Luís Vessani e o Terceiro Texto, da consultoria REBRAF*).

Nenhuma família Waiãpi obtêm recursos monetários exclusivamente do ouro, nem do artesanato, ou da venda de produtos vegetais. É, portanto, difícil comparar os ganhos das atividades voltadas à subsistência e daquelas voltadas à comercialização. O extrativismo realizado até o momento, que seja mineral ou vegetal, é necessariamente disperso e intermitente, reforçando a autonomia das unidades familiares, tanto ao nível da produção quanto da distribuição. Esta fórmula, adaptada à estrutura social Waiãpi, promove a fiscalização territorial. O mesmo pode ser dito das práticas agrícolas, também caracterizadas por uma intensa rotatividade, que garante tanto o equilíbrio social (dispersão dos grupos locais) quanto a recuperação dos solos. Todas as atividades estão imbricadas no calendário que estrutura as relações sociais inter-comunitárias: há um tempo para as roças, outro para a coleta, outro para o garimpo, outro para a vida ritual nas aldeias...

Quanto ouro produziram os Waiãpi, no formato familiar de garimpagem?

Não dispomos de todos os dados quantitativos necessários para avaliar a produção total de ouro aluvionar extraído pelos Waiãpi desde o início de sua atividade nos garimpos por eles controlados. Efetivamente, nos primeiros seis anos de atividade, não havia controle, por parte da Funai local, nem da quantidade de mercúrio utilizado, nem da produção de ouro dos índios. Desde 1991, quando o CTI iniciou sua intervenção, até o presente, pode-se estimar a produção num total máximo de 2,500 kg de ouro.

A maior produção ocorreu nos anos de 1993/94, quando o programa do CTI conseguiu implementar um novo formato de garimpagem, ambientalmente controlado e sem uso de mercúrio. A produção baixou nos dois anos seguintes, dado o envolvimento das famílias Waiãpi na demarcação. Este ano, a produção deve aumentar novamente, conforme cronograma previsto para o verão pelas famílias das aldeias de Mariry, Taitetuwa e Aramirã.

Em 1993 cerca de 40 famílias (de um total de 70) produziram ouro; em 1994, foram 33 (de um total de 75); naquele ano, apesar do intenso envolvimento na demarcação, o trabalho no garimpo continuou: as equipes indígenas aproveitavam a ida ou a volta das expedições nos limites para parar um tempo em seus garimpos, adiantando a sucessão de tarefas para a extração do ouro: na primeira visita "tirar" o cascalho (dois a três dias), na outra "lavar" e retirar o ouro, na outra tampar o buraco.

Em cada estadia no garimpo, uma família produz, em média, 5 à 8 gramas por semana. Há excessões, é claro, dependendo do ritmo do trabalho (se realizado em paralelo à tarefas agrícolas, o que ocorre regularmente no início do verão, quando a produção baixa) e em função dos locais explorados. Cada unidade familiar realiza de

duas a seis estadias por ano no garimpo, permanecendo de uma semana a mais de um mês no local; a alocação de tempo varia muito em função dos seis locais de produção atualmente utilizados pelos Waiãpi.

O preço médio do ouro em dezembro de 1994 era de R\$ 10,00 o grama. O que significa, por família, um total de R\$ 150 a 240. As famílias envolvidas no garimpo em 1994 produziram em seu conjunto cerca 600 g de ouro, rendendo R\$ 6.000.

Percebe-se então que a sustentabilidade da extração de ouro aluvionar em pequena escala realizada pelos Waiãpi, em termos de rentabilidade econômica, no formato "sustentado" acima descrito, é muito baixa. Efetivamente, para obterem esse nível de produção em 1993/94, não se deve esquecer que os Waiãpi dispunham de recursos técnicos e materiais fornecidos pelo programa do CTI (ferramentas, combustível, reparos nas moto-bombas, etc...) sem contar os custos da assessoria técnica.

Mas nesta fase de aprendizado de novos métodos de trabalho, o extrativismo mineral/vegetal dos Waiãpi, como a experiência em curso de silvicultura, não podem ser avaliados apenas pelo critério do retorno dos investimentos, que - de qualquer maneira - seriam incapazes de criar sustentabilidade a curto prazo. Subsidiar o extrativismo/silvicultura e o controle territorial que lhe são agregados representou uma etapa, essencial, do programa de capacitação desta comunidade.

A experiência acumulada nesta etapa da assessoria do CTI à atividade de garimpagem dos Waiãpi não deve, portanto, ser avaliada pelo critério do rendimento econômico dos investimentos realizados pela entidade. De fato, se nossa intenção, desde o início do programa, era atingir a auto-sustentabilidade das atividades extrativistas, esta meta passaria necessariamente pelo critério da criação de experiência. Os resultados em termos de aprendizado, tanto nas formas de organização do trabalho, quanto no nível puramente técnico, ou na comercialização e gestão (mesmo que ainda incipiente) foram positivos:

- maior habilitação das equipes indígenas no uso e manutenção dos equipamentos (caixas para lavagem do minério, motores de popa, moto-bombas e veículos), com imediata melhoria na produção de ouro: interromperam menos o trabalho por panes dos equipamentos;
- melhor divisão de tarefas entre os membros das equipes, que incorporaram pessoas dedicadas às tarefas de apoio: caçar, buscar combustível, pesquisar novas áreas, etc...
- aumento das relações entre equipes/grupos locais para a transferência de conhecimentos, técnicas de pesquisa e produção no garimpo e para o rodízio de equipamentos: atualmente, há instrutores Waiãpi disponíveis para o repasse de

conhecimentos acerca do uso de cada tipo de equipamentos; paralelamente, ampliaram-se as condições de comparação e a discussão coletiva de alternativas para a produção;

- maior experiência na comercialização, que também é comparada e discutida coletivamente, o que redundava numa melhor alocação dos recursos obtidos da venda do ouro, destinados principalmente à aquisição de suprimentos indispensáveis às atividades de subsistência (munição, espingardas, etc...).

Transição para a auto-sustentação

Cálculos globais não retratam o interesse dos Waiãpi em prosseguir esta atividade, nem a do CTI em apoiá-los. A avaliação que os Waiãpi faziam, no período de 1991 a 1994, da rentabilidade do garimpo não passava, efetivamente, pelo critério da rentabilidade total dos investimentos. Como eles trabalham separadamente, entendiam que o produto também deveria ser apropriado individualmente, sem inversão para atender demandas coletivas. Note-se que o recurso monetário obtido desta pequena produção só conseguia cobrir parcialmente as necessidades familiares anuais (munição, lanternas, panelas, pano, etc...). Por isso, o movimento natural dos Waiãpi - que se interessam hoje em aumentar sua produção para cobrir no mínimo a totalidade de suas necessidades familiares - é o de tentar melhorar a atual escala de trabalho. É exatamente esta proposta que se encontra embutida no Projeto PD/A.

A proposta incluída no Projeto vem sendo discutida com a comunidade desde 1994. Surgiu da avaliação crítica que realizamos em todas as aldeias, naquele ano, quando dava-se início aos trabalhos da demarcação. Informamos as comunidades locais de que este seria o último ano em que iríamos subsidiar sua atividade de garimpagem. Dois caminhos se apresentavam aos Waiãpi: ou aumentar a produtividade desta atividade, alocando mais tempo nos garimpos, ao mesmo tempo que já saberiam melhorar as formas de trabalho (melhor organização das equipes, melhor manutenção dos equipamentos) de modo a poder deduzir do lucro o custo de produção; ou mudar de escala de produção, o que implica numa seleção de alvos, numa modificação do maquinário e, sobretudo, numa nova forma de trabalho para as equipes. A maioria dos Waiãpi preferiram a segunda alternativa, que não os obrigaria a permanecer mais tempo no trabalho da garimpagem. Como indicamos abaixo, o que lhes interessa sobretudo é manter o equilíbrio entre as diferentes atividades em seu ciclo de produção.

Esperamos que, dos antecedentes acima citados, tenham sido esclarecidos os interesses e os moldes em que os Waiãpi desejam, hoje, incrementar sua

independência econômica. Esta expectativa foi reforçada pela demarcação, concluída em 1996 e que vem sendo monitorada com apoio do CTI, na forma de um programa de vigilância (*ver a Súmula do Relatório Demarcação, em anexo*). A garantia da terra que eles conquistaram realimentou a discussão das alternativas produtivas capazes de atender, à médio prazo, sua crescente demanda em bens e serviços. Note-se que é uma demanda ainda reduzida se comparada à de outros grupos indígenas, mas que os Waiãpi esperam poder suprir de forma não dependente de financiamentos externos. Ponto essencial para o entendimento do Projeto do CTI/APINA.

Efetivamente, há algum tempo, os Waiãpi chegaram a conclusão de que, para superar a instabilidade dos apoios financeiros que o CTI vem lhes repassando e que sabem limitados, devem incrementar (mudando a escala) e diversificar (pesquisando novos produtos) sua produção destinada à comercialização. Nessa discussão, muitos concluíram que apenas o ouro “vale mesmo” (para os Waiãpi que “garimpam”, este é o único produto extrativo que efetivamente compensa o esforço e pode ser comercializado sem dificuldades de armazenamento).

Felizmente, os recursos disponíveis (financeiros e técnicos) no CTI durante a demarcação, possibilitaram a implantação de uma nova alternativa: o plantio consorciado de frutíferas em faixas das picadas abertas nas linhas secas da demarcação. Nesta opção, também foi possível conjugar vantagens econômicas e controle territorial, já que a manutenção das plantações reverte em fiscalização sistemática dessas faixas de limites. A sinalização da ocupação através de plantios é tradicional entre os Waiãpi, que continuam cuidando da produção das plantações de seus antepassados (urucu, flecha e sobretudo pupunha) nas antigas capoeiras. A existência ou não de acesso, para escoamento da produção, orientou a seleção das espécies plantadas em cada uma das picadas. Como os Waiãpi esperam obter um retorno econômico, empenharam-se numa plantação em escala (3.000 mudas de cupuaçu e pupunha) na faixa leste da área.

No que toca à garimpagem de ouro, como já mencionamos, os Waiãpi vem discutindo há tempo a transição do extrativismo “subsidiado” e “de subsistência” para uma produção auto-sustentada. Essa mudança surge, evidentemente, da avaliação da experiência de aprendizado anterior (entre 1991 e 1994), que eles desejam superar.

É esta fase de transição que o Projeto PD/A contempla. Só que não de forma simplista e unicamente voltada ao aumento da produção de ouro - como pretendem os detratores da proposta do CTI/APINA. A meta é ao contrário controlar e até diminuir a dispersão da atividade garimpeira realizada em nível familiar em diversos

pontos da área, orientando-da para um alvo específico de recuperação ambiental, ao mesmo tempo que se propõe subsidiar outras opções da comunidade na diversificação de suas atividades produtivas.

Desafios desta fase de transição

O principal desafio, nesta fase de implementação de atividades produtivas voltadas à autonomia econômica da comunidade, reside na escolha de alternativas complementares - e não substitutivas - às práticas tradicionais. O extrativismo de subsistência sem dúvida continuará garantindo a autonomia ao nível familiar, mas nunca poderá cobrir a demanda coletiva (para a manutenção de equipamentos, as estadias na cidade para a venda da produção e para a defesa de seus interesses junto aos órgãos oficiais).

O ponto nevrálgico na mudança de escala de produção desejado pelos Waiãpi não depende da adaptação das formas de produção propriamente ditas, mas dos modos de distribuição; dependerá da capacidade dos Waiãpi em "coletivizar" parte de seus benefícios, passando da gestão familiar à gestão comunitária dos recursos monetários obtidos de suas atividades produtivas. Tradicionalmente, produção e distribuição reduziam-se à escala familiar, sem necessidade de acúmulo, já que o manejo "da floresta" fornecia todos os recursos necessários. Em função das dependências criadas no contato, os Waiãpi aprenderam a extrair "produtos" destinados exclusivamente à satisfação de suas necessidades domésticas. Uma limitação relacionada ao modelo assistencialista vigente, que nunca exigiu da comunidade participação nos custos de manutenção de uma infraestrutura que não só não lhes pertencia, como não controlavam. E que, portanto, não lhes interessava manter em boas condições de uso.

É também em função deste modelo sustentado que os Waiãpi habituaram-se à considerar o dinheiro obtido da venda de seus produtos como puro lucro, para gastar em necessidades e curiosidades pessoais. Enquanto os ganhos eram pequenos, limitavam-se a adquirir suprimentos estritamente necessários. Com o aumento da produção (seja de artesanato, do ouro ou da silvicultura), o APINA procura conscientizar as aldeias da necessidade de canalizar parte dos recursos à manutenção da infraestrutura coletiva de cada uma dessas aldeias. Hoje, os Waiãpi estão conscientes de que os investimentos do CTI na manutenção desta infraestrutura não poderão ser renovados permanentemente. Por isso, estão tão interessados na implantação de atividades em maior escala.

A demanda dos Waiãpi em ampliar sua produção extrativista e silvicultura expressa também uma expectativa de autogestão. Os líderes Waiãpi desejam que os jovens "aprendam" a controlar cotas de combustível, cuidar da manutenção e conserto de equipamentos, manipular dinheiro e contas de banco e todas as tarefas que lhes permitirão, a médio prazo, administrar tanto a produção quanto a comercialização de ouro e plantios, em escala coletiva. Esse aprendizado exige assessoria qualificada (que também depende de financiamentos...) para incrementar a experiência dos índios em administração, através de treinamentos que devem ampliar seu quadro de referências e lhes permitam adequar os parâmetros internos de gestão às exigências externas (das agências financiadoras, da política regional e nacional, etc...), que todas exigem um grau mínimo de "coletivização".

Os impactos regionais da mudança de escala nas atividades produtivas indígenas também devem ser considerados. Quando começaram a vender diretamente sua pequena produção de ouro e outros produtos extrativistas no mercado local, os Waiãpi passaram de meros espectadores de uma atividade realizada predatoriamente por terceiros, para a posição de *produtores*, inseridos no mercado. Com isso, os estereótipos com os quais a população regional os identificava devem se alterar: deixarão de ser vistos como brasileiros privilegiados vivendo à sombra do Estado e dispendo de uma terra farta em recursos porém indisponíveis; poderão ser respeitados como produtores capazes de movimentar o mercado local e realizar suas atividades econômicas sem prejuízo ambiental (detêm uma técnica garimpeira não-predatória que é comentada de boca em boca em Macapá). É nesse sentido que o programa de recuperação ambiental, com a produção secundária e controlada de ouro, pretendida pelos Waiãpi, sob supervisão do CTI e do APINA, ampliará este aspecto positivo da inserção dos Waiãpi em seu ambiente regional.

4. Justificativas para a execução do Projeto

Preservar a situação privilegiada dos Waiãpi, no Amapá

Existem na Amazônia inúmeros exemplos de cooptação de comunidades indígenas, que são levadas a aceitar fórmulas de exploração predatória dos recursos de suas terras em troca de benefícios imediatistas que acabam invertendo suas expectativas de autonomia - por mais tímidas que sejam - e que os mantêm na situação de assistidos permanentes. No panorama da devastação social e ambiental que atinge a maioria das áreas indígenas do país, os Waiãpi do Amapá representam um caso a parte, privilegiado por fatores enunciados acima.

O Projeto do CTI/APINA visa reforçar esta situação privilegiada, realizando um salto qualitativo inédito no panorama de omissão generalizada em torno da questão garimpeira: os próprios Waiãpi propõem-se recuperar e despoluir áreas degradadas por invasores e obter, nessa experiência, recursos para iniciar o controle auto-gerido dos recursos naturais de sua terra.

Fracasso do modelo assistencialista

As experiências acumuladas nas últimas décadas já provaram o fracasso do protecionismo oficial, que fica patente na invasão e depredação de inúmeras terras indígenas, demarcadas sem a participação dos índios e sem programas de intervenção visando o controle permanente dos limites demarcados. Quando recebem os limites e a demarcação prontos, os índios raramente se envolvem na sua preservação. Esse panorama prossegue apesar de sabermos, há anos, que uma efetiva proteção das terras indígenas não pode ser mantida em caráter permanente senão pela intervenção dos próprios índios.

Por outro lado, no atual cenário da questão indígena - em que deve ser contextualizado a proposta contida no Projeto do CTI/APINA - é preciso considerar que nenhum plano de proteção pode ser formulado sem medidas de desenvolvimento; é preciso garantir o atendimento às demandas geradas pela convivência inter-étnica que a defesa de uma terra pressupõe.

Pensar a proteção da terra é portanto pensar ao mesmo tempo a sustentabilidade de um modo de vida dentro desta terra. Uma correlação que a prática indigenista oficial, apesar de alguns esforços verbais nesse sentido (*ver o documento "Atualizando a história, Idéias para a reestruturação da Funai", 1996*) ainda não incorporou. Constata-se, na maioria das terras já demarcadas na Amazônia, que os agentes deste órgão continuam oferecendo aos índios, como únicas alternativas de futuro, mecanismos de sobrevivência imediatistas, através da cooptação ao modo de vida não-indígena (salários, aposentadorias, tickets alimentação, etc...). Porque tanto esforço e investimento para demarcar terras ?

As modalidades de controle territorial que os Waiãpi vem praticando foram bem sucedidas porque mantêm-se adaptadas tanto às características ambientais da área quanto à sua organização sócio-política. Sabemos entretanto que se não forem apoiados a gerir as alternativas de produção e de comercialização que eles selecionaram e vem praticando hoje de forma socialmente equilibrada, poderão ser gradativamente levados a incorporar soluções imediatistas e predatórias vigentes na

Amazônia e em inúmeras áreas indígenas, para fazer frente à suas crescentes necessidades em bens e serviços.

Nem todos os Waiãpi tem consciência dos impactos destrutivos das soluções imediatistas, promovidas insistentemente pelas agências oficiais de “proteção”. Os representantes das aldeias Manilha e Ytuwasu que contestaram o Projeto fazem parte de uma minoria de Waiãpi que ainda se ancora no assistencialismo, ou nas alternativas fáceis (porque destrutivas) que lhes vem sendo propostas: vender a madeira de suas roças, investir na obtenção de salários com a consequente individualização do acesso aos bens externos, multiplicar pedidos a um número crescente de agências, que nunca satisfazem as necessidades coletivas, etc...

Os demais Waiãpi, ou seja, a maioria, optou por investir e defender - apesar da pesada campanha de difamação contra o CTI, que também os atinge diretamente - num programa articulado de preservação e recuperação de sua terra, justamente porque desejam elevar-se da condição de assistidos permanentes à posição mais digna de produtores. Como afirmava em 1983 o recém-falecido líder Kumai: *“os Waiãpi vão fazer tudo, sozinhos, para que os netos não precisem se submeter aos não-índios”*.

Possível extensão desta experiência piloto a outras áreas indígenas

Apesar da regressão generalizada do garimpo na Amazônia, inúmeros grupos indígenas continuam mantendo envolvimento com esta atividade depredatória. As formas deste relacionamento variam ao extremo, desde as experiências negativas revertidas em formas positivas de controle, como ocorreu entre os Waiãpi, até formas diversas de acomodação na convivência com invasores, vigentes entre os Mundurucu, Wayana e Aparai do Tumucumaque, Yanomami, etc... A experiência Kaiapó continua representando o caso limite na apropriação, por uma comunidade indígena, do modelo destrutivo imposto pela convivência com a frente garimpeira. Apropriação esta que se deu na ausência total de outras alternativas, ambientalmente e socialmente adequadas à melhoria das condições de vida e desenvolvimento, que são a expectativa de todas essas comunidades.

Efetivamente, no cenário omissivo da política indigenista em termos de propostas de desenvolvimento não há mais como exigir dos índios limitar-se, por “natureza” à condução de atividades conservacionistas. Uma preservação que, durante séculos, eles souberam realizar de forma equilibrada, socialmente e ambientalmente, porque não existia a necessidade de “confronto” com modelos opostos de desenvolvimento. Hoje, esse confronto é permanente. O que explica porque os índios - de modo geral - recusam-se a ter seu futuro reduzido à continuidade de fórmulas relacionadas à

imagem romântica de "silvícolas". Se devem assumir a extração de ouro, ou de madeira, ou de essências vegetais, desejam fazê-lo em total igualdade de condições, ou seja, exercendo soberania sobre os recursos de seu território. Cabe-nos lhes oferecer os instrumentos técnicos e de gestão adequados ao controle e à exploração exclusiva de seus recursos, reorientando-a em acordo com a meta da sustentabilidade, que interessa em primeira mão, aos próprios índios.

É porque ouvimos e respeitamos esta expectativa dos índios Waiãpi, que o CTI optou por formular um Projeto que contempla a capacitação desta comunidade para a execução de uma tarefa que - teoricamente - deveria ser assumida pela sociedade envolvente: recuperar o equilíbrio ambiental de sua terra, garantindo recursos para a auto-gestão de algumas de suas necessidades coletivas.

É neste sentido que a alternativa proposta no Projeto do CTI/APINA, por estar centrada numa meta de recuperação ambiental, articulada à produção de recursos para a melhoria das condições de vida da comunidade, poderá representar uma experiência piloto adaptável à outras áreas indígenas impactadas pela invasão de garimpos.

5. Procedimentos acordados com o APINA, referentes à sua capacitação para a auto-gestão

Em complemento à descrição das intervenções propostas na área ambiental e geológica - detalhadas nos Textos a seguir - descrevemos aspectos sócio-culturais envolvidos na metodologia do Projeto, que prevê a capacitação das equipes indígenas para o trabalho de recuperação ambiental da bacia do Aimã e para a gestão dos recursos a serem obtidos graças à intervenção proposta pelo Projeto.

Queremos que as autoridades que fecharam o Projeto desprendam esse projeto, porque nesse Projeto existe o programa de capacitação, o programa oficina, o programa combustível, não existe só o program de maquinário nesse Projeto ! - (Chefe Waiwai, na tradução de Aikyry - Reunião Macapá, 04/97).

Queremos o projeto porque a gente adoce muito e não tem motor para levar o deonte, não tem o carro para levar até o hospital. O motor está quebrado, não tem dinheiro para consertar. A Funai não vai consertar também, nós ouviu Funai sempre fralando que não tem dinheiro.

Se nós tem esse projeto de garimpo, ia viver muito bem. Aí, o motor quebra, nós mesmos ia pagar o conserto do equipamento. Aí é melhor prá nós. É pra isso que nós fizemos o Projeto. Se não tem esse Projeto, quem é que vai arrumar dinheiro pra nós ? - (Chefe Seremete, aldeia Taitetuwa, na tradução de Seki - Reunião Macapá, 04/97)

Porque esses brancos que estão aqui nessa reunião pensam que os índios Waiãpi vão acabar com a terra deles? Que vão explorar mineração ? Não é isso não. Nós também pensamos no nosso futuro.

Nós vamos trabalhar em equipe, para consertar a área. Primeiro vai um pessoal e os outros ficam nas aldeias, trabalhando por lá. Depois a gente troca. É por isso que Waiãpi está precisando do PD/A - (Chefe Kumaré, aldeia Aramirã - Reunião Macapá, 04/97).

Consolidação de formas de organização e trabalho das equipes Waiãpi

O Projeto prevê a consolidação da experiência iniciada na vigência do Projeto CTI/CEE, quando os Waiãpi passaram a se organizar em equipes que não incluíam apenas os indivíduos diretamente envolvidos na produção de ouro, mas também carregadores e caçadores, que também recebem sua parte do produto. Além de um ganho no equilíbrio e composição interna, naquele período, as equipes indígenas passaram a se revezar na produção de ouro em em alvos selecionados coletivamente (Yjy Pijõ e Yjy Piriri no Aimã, em particular e também Karavõvõ, no sul da área).

Esta experiência anterior foi de fundamental importância para a decisão, tomada na discussão das metas do Projeto nas aldeias, de selecionar um único alvo para a vigência do apoio do PD/A: o Aimã. Efetivamente, os Waiãpi assimilaram, há alguns anos já, que a sua responsabilidade na preservação de sua terra é coletiva. Ou seja, apesar do Aimã se constituir na área de ocupação de um grupo local específico (liderado pelo Chefe Waiwai e sua família), todos concordaram em selecioná-lo como zona prioritária para a recuperação da degradação provocada pelas invasões, justamente por continuar sendo uma zona de possíveis invasões. Todos os garimpeiros do Amapá, efetivamente, continuam almejando o "ouro do Aimã" ou do "Esquadrão da Morte" como é conhecido regionalmente.

A maturação desta nova concepção de responsabilidade coletiva na proteção da terra foi reforçada, evidentemente, na experiência da demarcação, entre 1994 e 1996. Neste período, a intensa participação dos Waiãpi nos trabalhos de demarcação também colaboraram à consolidação da divisão em "equipes", correspondendo à grupos familiares expandidos, ou parentelas locais (um pai, seus filhos, genros e eventuais agregados). Este formato tradicional no trabalho coletivo deve prosseguir na execução do Projeto.

Acertos no calendário de trabalho e revezamento das equipes

Cabe reiterar, em contraposição aos detratores do Projeto que insistem em condená-lo porque poderia modificar o “modo de vida” indígena, que há mais de dez anos a garimpagem integra o ciclo de atividades produtivas desta comunidade.

E é evidente que os Waiãpi, na execução deste Projeto, não irão modificar a cuidadosa alocação de tempo a cada uma dessas atividades: agricultura, caça, coleta, vida ritual, etc... Ou seja, os Waiãpi tem absoluta clareza na necessidade de um revezamento das equipes que irão integrar o programa de despoluição, extração de amálgama e reflorestamento no Aimã.

Em princípio, os índios estipularam o prazo de um mês como tempo mínimo de permanência nessas atividades. Mas é claro que durante sua execução, haverá acertos de cronograma, especialmente em função da maior ou menor capacitação de cada equipe.

Capacitação técnica para a recuperação das áreas degradadas

Como detalhado no Formulário do Projeto e no Segundo Texto deste Projeto Consolidado, uma parte significativa dos recursos e da assessoria prevista será dedicada ao treinamento de sucessivas equipes nas tarefas técnicas envolvidas na recuperação do Igarapé Aimã (*ver Texto de Luis Vessani*).

Incremento da capacitação administrativa para a gestão autônoma dos recursos das atividades extrativistas/silvicultura

Outra meta deste Projeto é a de apoiar iniciativas do APINA - de interesse da atual diretoria e da maioria dos chefes de aldeia - no sentido de reservar parte da produção para atender demandas coletivas. É preciso consolidar, durante a execução do Projeto, a “prova” do retorno desses investimentos coletivos (*ver abaixo, a discriminação dos “custos sociais Waiãpi”*). Para que tal “prova” seja assimilada como uma opção satisfatória pela totalidade das aldeias, é fundamental capacitar a diretoria do APINA - assim como um número maior de jovens que poderão se revezar no cargo de “secretário” de aldeia - a lidar com tarefas administrativas.

A equipe de assessores do CTI já vem acumulando experiência há vários anos neste tipo de treinamento, promovido nos Cursos de Formação de Professores Waiãpi (um total de nove, desde 1991) e nos treinamentos informais realizados pela equipe em Macapá.

Não há dificuldades maiores a serem citadas para o entendimento desta meta, que inclui basicamente a continuidade - e especialização - no ensino de matemática, português oral e escrito, noções de contabilidade, manejo de equipamentos de

escritório, controle de contas bancárias, controle de pagamentos, experiência na compra e venda de produtos, etc... Cerca de um terço dos jovens Waiãpi já está apto para estas tarefas, devendo receber treinamento mais direcionado, durante a vigência do Projeto, para a gestão financeira.

Cabe ressaltar, ainda, que a capacitação para a auto-gestão envolve a continuidade no esforço da atual diretoria do APINA de encontrar um formato adequado à discussão de assuntos coletivos. Efetivamente, os Waiãpi não tinham, como formato tradicional de suas decisões políticas, a prática de "reuniões" ou "assembléias". No entanto, em 1996, construíram uma casa para este fim na aldeia Aramirã, onde os chefes se reúnem episodicamente e todas as vezes que algum acontecimento importante exija uma decisão colegiada.

Finalmente, é importante esclarecer que a circulação de informações, essencial num Projeto desta natureza, foi potencializada, desde 1994, pelo sistema de radiofonia interna à área indígena.

Esse conjunto de instrumentos, gerando novas modalidades de tomada de decisão, são elementos positivos já consolidados para a implantação do Projeto.

6. Criação de experiência na gestão da produção de ouro aluvionar obtido como produto secundário do programa de despoluição do Aimã

A equipe do CTI vem dimensionando há alguns anos alternativas propostas pelos Waiãpi para o investimento da receita oriunda de sua produção de ouro aluvionar. Não incluímos ainda neste cálculo a receita a ser obtida da venda de cupuaçu plantado em grandes extensões das picadas e em algumas das aldeias, uma vez que é preciso esperar mais dois ou três anos para o pleno rendimento das plantações. Só então, será possível dimensionar a receita que os Waiãpi poderão obter da venda de frutas e/ou sementes.

Cabe ressaltar, ainda, que não tivemos condições financeiras, até o momento, para realizar pesquisa de mercado indispensável à consolidação de alternativas de produção em curso na área. Contatos estabelecidos, em 1997, com entidades especializadas nesta área - inclusive a representação da EMBRAPA no Amapá, virão preencher esta falha no programa do CTI/APINA.

Nesse planejamento do reinvestimento da produção indígena, os itens prioritários sugeridos pelos Waiãpi tem variado pouco ao longo desses anos. Em termos gerais, há plena concordância sobre o destino da receita que almejam obter na produção secundária de ouro, prevista no Projeto. A prioridade é atender a demanda permanente de manutenção dos equipamentos: consertar carro, comprar gasolina,

peça de motor... Assim, como dizem os Waiãpi, *“o programa de plantio é filho do programa do ouro”*. Ou seja, para o bom andamento do programa de silvicultura - que só será subsidiado nos próximos 12 meses (convênio CT/FUNAI e recursos PPTAL), é indispensável gerar, com antecedência e regularidade, recursos indispensáveis ao transporte, reparo de motores, cotas de combustível, etc... Sem falar da importância desta manutenção para as atividades de fiscalização e controle territorial dos Waiãpi.

Custos sociais Waiãpi

No final da segunda etapa do programa de diversificação do extrativismo Waiãpi, em 1995, apresentamos cálculos de três níveis de produção de ouro aluvionar, relacionando-os às demandas definidas como “custos sociais” waiãpi (*ver o Anexo ao Segundo Relatório CTI/CEE*), como segue:

1. Custos familiares:

É expectativa dos Waiãpi garantir que cada família envolvida numa atividade produtiva de escala (ouro aluvionar, plantações agro-silvestres) uma contrapartida que lhe permita atender necessidades básicas (munição, panelas, pano para tangas, etc...). Cada família necessita cerca de US\$ 50 mensais, se considerarmos por exemplo, um gasto de 5 metros de pano, 4 pilhas, uma caixa de cartuchos, uma de espoleta. Ou um gasto equivalente, no mês seguinte, com uma lanterna, 4 pilhas, dez anzóis, uma caixa de cartuchos e uma de espoleta. Para o cálculo das duas primeiras alternativas abaixo, computamos 90 famílias, uma projeção adequada ao incremento populacional observado nos últimos dez anos (a população total da área cresce de 12 pessoas por ano). Atender esses custos é meta prioritária do APINA na condução do Projeto PD/A. Efetivamente, ficou acertado que cada equipe participante - geralmente, um agregado familiar - das atividades de recuperação das zonas degradadas no Aimã receberá pelos serviços prestados, em acordo com o tempo dedicado ao trabalho.

2. Custos de manutenção da comunidade:

Inclui os custos de manutenção de jovens que se dedicam com exclusividade à tarefas de apoio à produção da comunidade, seja na aldeia, seja em Macapá (motoristas, mecânicos, etc...). Na expectativa dos Waiãpi, esses custos deveriam incluir também uma participação da comunidade no financiamento de atividades de assistência à saúde num nível compatível com suas necessidades; tem ainda como expectativa de longo prazo, contribuir à manutenção de professores indígenas. Tal expectativa, entretanto, dificilmente poderá ser atendida a médio prazo, pois exigiria uma escala de produção não compatível com as metas de recuperação ambiental e equilíbrio no revezamento das equipes indígenas propostas no Projeto.

3. Custos de manutenção dos equipamentos coletivos:

Incluem todos os itens orçamentários que os programas do CTI vem subsidiando, especialmente combustível e gastos de manutenção e/ou reposição dos equipamentos comunitários das aldeias. Cobrir esses custos com a receita de sua produção extrativista/silvicultura é a meta prioritária dos Waiãpi e do APINA.

4. Custos de uma gestão autônoma das alternativas econômicas:

Incluem gastos com o treinamento de jovens Waiãpi para a administração de suas atividades produtivas, estadias e deslocamentos da diretoria da APINA, manutenção de um escritório, etc... que dificilmente poderão ser atendidos numa proposta que visa produzir ouro apenas como produto secundário de uma atividade de recuperação ambiental; no futuro, com a produção plena das plantações nas áreas recuperadas e nas picadas, esta meta poderá talvez ser atingida.

Os cálculos realizados no final de nossa assessoria em 1995 evidenciam que, para atender às demandas priorizadas pelos Waiãpi (*terceira alternativa indicada naquele documento, anexo*) a produção indígena de ouro aluvionar deveria ser de, no mínimo, 2kg/mês. Uma escala que sem dúvida os Waiãpi seriam capazes de atingir, mas que tornaria inviável sua dedicação a outras tarefas que não estritamente de produção mineral. O risco é evidente: multiplicar as zonas de garimpagem, que tornaria extremamente difícil e custosa a assessoria e controle da recuperação ambiental nas zonas trabalhadas.

E foi por este motivo que, desde que realizou esta avaliação em discussão pormenorizada com os Waiãpi, o CTI propôs-se orientar o APINA num programa que não iria mais, apenas, subsidiar atividades de produção, mas sobretudo desenvolver ações visando a recuperação ambiental, num formato adequado à diversificação das atividades produtivas da comunidade.

É claro que, ao trabalharem mais tempo para a despoluição de sua terra e menos para a produção de ouro aluvionar, os Waiãpi não obterão receitas capazes de atender todas as suas demandas, acima definidas como "custos sociais waiãpi".

É por este motivo que estão embutidos no Projeto verbas para despesas que os índios pretendiam, idealmente, subsidiar com sua produção (cursos de capacitação, apoio ao deslocamento da diretoria do APINA, cotas de combustível para as aldeias na fase de implementação do Projeto, etc...).

O que se espera, enfim, como resultado no final do Projeto é uma experiência consolidada de gestão por parte dos Waiãpi, visando o reinvestimento de parte da receita para atender demandas coletivas. Ou seja, consolidar experiências em curso com outros dois programas geridos pelo APINA sob supervisão do CTI: o "programa algodão" (uma rede em cada quatro é cedida ao APINA para subsidiar a continuidade da aquisição de sementes e/ou fardos de algodão bruto); o "fundo de artesanato" que permite - mesmo que com graves falhas devida à dificuldade de escoamento das

peças - pagar imediatamente os produtores. Outra experiência de gestão, em curso, é o “fundo de combustível” controlado pelo APINA com recursos repassados pelo CTI, para distribuição entre as aldeias, conforme suas necessidades. Esta etapa de aprendizado em gestão deverá ser potencializada - em ritmo adequado - durante a execução, pelo APINA, do Projeto PD/ A

Criação de experiência na gestão de receita obtida na vigência do Projeto

A receita prevista para o período total de execução do Projeto - 24 meses - conforme cálculos apresentados no Texto de Luís Vessani (*adiante, pag.15*), é de cerca R\$ 48.000,00. Receita que será integralmente revertida em favor da comunidade, para atender as demandas acima citadas.

Mas a proporção de recursos que os Waiãpi destinarão ao pagamento dos serviços das equipes indígenas (item 1: demandas familiares) e às demandas de manutenção coletivas (item 3: manutenção dos equipamentos, priorizado pelo APINA) dependerão efetivamente de acordos entre as aldeias. Acordos esses que não dizem respeito ao CTI - no momento da formulação de um Projeto - mas estritamente aos Waiãpi. Caberá ao CTI, como explicitado acima, capacitar a diretoria do APINA para exercer plenamente a gestão desta receita, na forma de uma experiência orientada durante pelo menos 24 meses.

Cabe ressaltar que os Waiãpi estão plenamente conscientes de que não irão dispor, imediatamente após a implantação do Projeto, da disponibilidade de recursos oriundos da produção secundária de ouro. O Projeto prevê quatro etapas, sendo uma primeira de implantação e treinamento, e outras três em que a produção - e portanto a receita - deverá aumentar progressivamente.

Para atender a expectativa dos pareceristas, pode se fazer uma projeção teórica da receita que será colocada sob gestão do APINA, como segue:

- primeiro trimestre - nenhuma receita / fase de implantação
- segundo semestre - receita inicial de cerca R\$ 8.000,00
- terceiro semestre - receita em torno de R\$ 16.000,00
- quarto semestre - receita em torno de R\$ 24.000,00

Como foi mencionado acima, e como consta do formulário do Projeto, no decorrer do primeiro ano, só haverá uma remuneração mínima para as equipes que participam do programa de recuperação. Somente a partir do segundo ano, quando a receita aumentar, o APINA poderá ao mesmo tempo que captar uma verba regular para atender necessidades coletivas, retribuir o trabalho das equipes em forma adequada às necessidades familiares almejadas.

Efetivamente, o que se pretende - e há nisso concordância dos Waiãpi - é efetivamente direcionar a receita ao atendimento de demandas coletivas (e não apenas familiares).

Um retorno substantivo das atividades produtivas de escala para a comunidade - em termos familiares e coletivos - só poderá ser assegurado no final da execução do Projeto, quando espera-se que a produção agro-florestal já possa complementar a produção de ouro secundariamente obtida nas atividades de recuperação do Igarapé Aimã.

Ambos os programas - despoluição e recuperação de áreas degradadas e silvicultura - deveriam, a partir de então, prosseguir com apoio externo mínimo, tanto em termos financeiros como de capacitação; deverão, é claro, continuar sob supervisão de especialistas e de equipe de assessores do CTI. Espera-se efetivamente que os Waiãpi estejam, em 1999, preparados para assumir a condução e execução técnica na recuperação ambiental de outras zonas degradadas de sua terra. E que eles possam assumir, paralelamente, a totalidade da responsabilidade na gestão da produção, para a qual terá sido capacitada durante a execução do Projeto.

Entenda-se, entretanto, que haverá, após esta data, continuidade de alguns programas de capacitação do CTI (especialmente o Programa de Educação que prevê, treinamentos e cursos regulares pelo menos até o ano 2002, com apoio da Rainforest e com a colaboração do NEI/AP e o Programa de Saúde, para a formação de agentes de saúde indígenas). A continuidade da supervisão da gestão indígena deverá ainda ser garantida por vários anos, sob o risco de perder o investimento inicial.

Segundo Texto Complementar para o Entendimento do Projeto:
Recuperação e Despoluição
de Áreas da Terra Waiãpi Degradadas por Garimpo

Elaborado por Luiz Antonio Vessani
para o Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA
e o Centro de Trabalho Indigenista
Junho de 1997

Este texto refere-se apenas à questão ambiental e seu enquadramento por técnicas de geologia e mineração. Informações complementares encontram-se no Relatório Consolidado: Estudos Geológicos e Ambientais realizados na AI Waiãpi no período de 1991 a 1994, em anexo.

A descrição das técnicas de reflorestamento encontram-se no Relatório de Consultoria prestada pela REBRAAF, que complementam informações existentes nos relatórios do Projeto Demarcação, em anexo.

As dimensões culturais, sociais e políticas da proposta são analisadas no texto da antropóloga Dominique T. Gallois, que complementa a avaliação antropológica apresentada nos relatórios dos programas desenvolvidos pelo CTI, anexos.

Objetivo do Projeto, no que se refere à questão ambiental, enquadrada por técnicas de geologia e mineração:

Trabalhar área degradada por garimpo através de procedimento garimpeiro tecnicamente adequado para desenvolver metodologia e treinamento concomitante com a recuperação da área.

O método é desmonte hidráulico, sucção de polpa e concentração gravítica. Um protótipo inicial poderá sofrer adequações durante o desenrolar dos trabalhos.

Pretende-se lavar o rejeito e o cascalho remanescente recuperando o máximo possível de ouro e mercúrio, refazendo-se a topografia para revegetação orientada.

O mercúrio foi detectado em algumas amostras de concentrado de bateia. Não é possível determinar se ele era remanescente da garimpagem ou dos trabalhos indígenas. O Projeto não afirma que há determinadas quantidades de mercúrio no ambiente e que quantidade significativa vai ser recuperada. Pode-se afirmar apenas que é provável que tenha mercúrio e, se ele estiver ainda em sua forma metálica, poderá ser parcialmente recuperado, juntamente com o ouro. Neste caso, o produto deverá ser um amálgama, com raras exceções de importância restritas (micro esferas).

A eficiência da recuperação de mercúrio depende de vários fatores.

O mercúrio demandará um estudo inicial que poderá, inclusive, determinar que determinada área não deva ser trabalhada. Isto está previsto no formulário do Projeto encaminhado ao PD/A, mas não com a clareza necessária. O estudo da contaminação será estendido também, finalmente, à população e a biota, o que não está previsto no Projeto, porque será feito com recursos (para análises) provenientes de convênios, aproveitando-se as facilidades operacionais.

Tal trabalho gera dois produtos principais:

1. recuperação de uma (ou mais) área degradada por garimpagem invasora em terras indígenas, com todos os indicativos do caráter piloto da experiências proposta para a TI Waiãpi.
2. Treinamento de equipes indígenas Waiãpi que estarão aptas para atuar em outras áreas degradadas de sua terra, ou em áreas virgens, com o objetivo específico de produção em escala econômica.

Tornou-se evidente que toda a polêmica gerada, em torno da dimensão técnica do Projeto, decorre do inadequado encaminhamento da discussão e divulgação de suas metas. Por um lado, exige que a qualidade técnica seja refinada, o que vem ao encontro do interesse de todos. Pelo lado da legalidade, levanta forte e definitivamente a questão da garimpagem indígena.

A garimpagem ou lavra garimpeira ou pequena mineração é uma alternativa de trabalho para gerar receita e dignidade para algumas populações indígenas. Para que esta alternativa não siga o exemplo da garimpagem degradante realizada em várias áreas indígenas do país, torna-se necessário desenvolver metodologia adequada, como a que estamos propondo neste Projeto, cujas metas enquadram-se no PDA. Por isso, o MMA interessou-se em financiá-lo.

Também é correto que seria muito útil se o trabalho que se pretende em área degradada não fosse legalmente enquadrado como garimpagem. Garimpagem é um conceito aplicado à áreas predominantemente virgens, quando demanda os estudos prévios de produtividade, impacto e recuperação ambiental e enquadramento legal.

O trabalho proposto para a área Waiãpi não tem como alvo áreas virgens, mas áreas degradadas por garimpagem invasora.

É esta a lógica “jurídica” embutida na proposta do Projeto Técnico.

Uma das decisões tiradas na Reunião de trabalho realizada em Macapá em abril p.p., era o compromisso de gerar um parecer jurídico prévio sobre garimpagem indígena, assim como a elaboração de um relatório consolidado e do detalhamento técnico e antropológico, que estamos apresentando nos presentes textos complementares para que o Projeto, consolidado, seja submetido às devidas avaliações técnicas. A iniciativa de solicitar maiores esclarecimentos é altamente pertinente. E é fundamental que as dúvidas sejam esclarecidas.

1. Seleção de Áreas

Há cinco áreas degradadas por garimpagem na TI Waiãpi. Como indica o Relatório Consolidado anexo, a avaliação realizada pela assessoria geológica do CTI incide apenas nas quatro áreas descritas abaixo (Aramirã, Aimã, Karavôvô e Okakai). Não dispomos de informações sobre a área do Ari/Visagem, cuja avaliação deverá ser realizada no decorrer das atividades do Projeto.

A área Aramirã (garimpo denominado pelos índios Jawi Pire) teve pouco trabalho garimpeiro e possui extensão restrita, não justificando um esforço maior de saneamento. O correto é manter a orientação de trabalho para recomposição de superfície e o não uso de mercúrio. A expectativa é que ocorra pouca atividade de produção indígena também em função dos baixos teores médio e dos valores por demais erráticos.

A área Okakai (conhecida regionalmente como Montenegro) não se apresenta como comprovadamente contaminada por mercúrio nem se detectou ouro no trabalho de reconhecimento. Caso ouro tenha sido explorado o foi como subproduto da tantalita, minério principal deste garimpo. O maior problema refere-se ao acesso. Existe uma pista de pouso construída pelos garimpeiros cuja utilização limita-se aos períodos secos. O acesso terrestre, para abastecimento e transporte de equipamentos restringe-se a caminhos de caça e perambulação indígena. Considerando-se que o trajeto para este garimpo é via Mariry, passando pelo Aimã, teríamos de considerar

a abertura de mais de 60 Km de estrada sendo em torno de 25 Km até o Aimã (com grande parte de picada aberta) e o restante do Aimã até Okakai.

A área Aimã possui vários alvos degradados por garimpagem, numa zona conhecida regionalmente como Esquadrão da Morte. Os principais são denominadas pelos índios Yjy Pijõ e Yjy Piriri. Estes alvos degradados estão contaminados por mercúrio e possuem reservas de ouro remanescente, além de ouro não recuperado no rejeito dos garimpeiros. Foi a área mais estudada pela assessoria e alvo de interesse dos Waiãpi, que já se anteciparam e ali mantêm, há vários anos, toda uma infra-estrutura indígena de apoio. Além da aldeia propriamente dita, existem várias roças e acampamentos, ocupados intermitentemente por famílias que contam com pessoal treinado na operação de lavra e extração do ouro com recomposição ambiental e sem uso de mercúrio. De todas as áreas importantes é a e mais fácil acesso podendo, inicialmente ser abastecida pelos próprios índios. Além disso são poucas os pontos de dificuldade para abertura de acesso ao trato (veículo) previsto no Projeto.

Karavõvõ - situa-se no extremo sul da reserva e possui extensa área degradada por garimpagem. Possui o inconveniente da granulometria fina do ouro aluvionar que demandará um refinamento na adequação dos equipamentos e no treinamento do pessoal indígena. A alternativa de acesso levantada pelo Projeto parte de Taitetuwa e atravessa uma serra por demais íngreme para transporte mecanizado. Será necessário abrir acesso alternativo.

A partir destas considerações, escolheu-se a área do Aimã por possuir áreas degradadas adequadas ao procedimento de recuperação com produção de ouro, cujo acesso é o mais viável, situando-se como ponto intermediário para Okakai e Karavovo (a partir de Mariry). O módulo piloto considerado localiza-se no Oyo Piriri ($250 \times 30 \times 2 \text{ m} = 15.000\text{m}^3$).

O respeito aos interesses dos Waiãpi nesta priorização da área do Aimã são também fortemente recomendados no texto complementar da antropóloga Dominique T.Gallois, anexo.

2. Procedimentos Complementares

Selecionada a área Aimã para início do Projeto, seus alvos internos (Yjy Pijõ, Yjy Piriri e Yvyrakupã) deverão ser submetidos a estudos complementares para subsidiar a implantação das operações. O alvo principal para trabalho piloto é Yjy Piriri, cujo módulo de área (250×30) será adequado aos cálculos previsionais.

Neste alvo (assim como nos demais, incluindo Karavõvõ) será implantado uma malha sistemática para amostragem e mapeamento através de abertura de picadas

e locação de pontos de amostragem. A malha terá uma linha base de 300 m e transversais a cada 40 m com pontos de amostragem a cada 20 m, nestas transversais, para ter, no mínimo, dois pontos em cada linha.

Os pontos de amostragem poderão ser poços, furos de trado ou amostragem de canal, aproveitando-se da topografia presente no garimpo. Amostras serão úteis para produzir informações sobre ouro (teores, granulometria), mercúrio (teores de Hg metálico e solúvel) e dados físico sobre a área degradada como profundidade, volume, composição, etc. As amostras produzidas serão parcialmente (aliquota) bateadas para teste de recuperação de ouro e mercúrio metálico, procedimento este a se realizar no próprio alvo. Uma parte de cada amostragem será remetida para análises laboratoriais visando as determinações de Hg necessárias para esclarecer a viabilidade dos procedimentos de limpeza. Os procedimentos de amostragem, análise e avaliação dos resultados serão de responsabilidade de profissional especialista assessor do Projeto (ver anexos sobre mercúrio).

Concomitante a este trabalho de amostragem na área Yjy Piriri, haverá a implantação de estudo de biota, inclusive do homem, no que diz respeito a contaminação de mercúrio.

Este estudo é independente do Projeto PD/A propriamente dito (constitui uma das contrapartidas dos programas em curso do CTI) e será a base de monitoramento ambiental e humano desta questão, a longo prazo. A intenção é de que tal trabalho seja realizado por uma equipe distinta da do presente Projeto, para que ocorra o objetivo de auditoria. Entendimentos preliminares já foram tomados com a REBRAAF, que já realizou uma primeira avaliação in loco e demonstrou interesse em dar continuidade ao trabalho.

Na malha implantada pelos programas do CTI em torno do Projeto, também serão realizados estudos detalhados de biologia no que diz respeito às características de revegetação natural em área degradada por garimpo, além dos estudos básicos para revegetação induzida após recomposição do solo.

Para o alvo Aimã - Piriri estima-se um mínimo de 16 e um máximo de 24 pontos de amostragem. Cada amostra representara 50 cm. Assim, para uma espessura média prevista de 2 m teremos 4 amostras por ponto ou de 64 a 96 amostras para este alvo.

Estes procedimentos serão aplicados a todas áreas alvo suscetíveis de trabalho de recuperação. No Aimã teremos, além de Oyo Piriri, Oyo Pinhon e Warakupa. Posteriormente estes estudos serão deslocados para Karavovo.

Considerando-se as funções operacionais previstas no Projeto, preferencialmente executadas por índios, haverá demanda de treinamentos específicos. A operação e

manutenção das máquinas incluindo o veículo e os conjuntos motobombas, amostragens e controles, abastecimento e comercialização, serão devidamente enfocados para a adequação das equipes na autogestão.

3. Equipamentos

O Projeto visa capacitar a comunidade em operar seu próprio empreendimento produtivo através de trabalho de seus membros, reduzindo a demanda de serviços ao mínimo possível. Além disso, tal demanda, quando necessária, deverá ser suprida da maneira mais rápida, eficiente e a baixo custo devido as condições operacionais regionais serem normalmente de alto custo.

Optou-se por adotar a tecnologia regional de garimpagem, com seus respectivos equipamentos, buscando-se as adequações técnicas operacionais adequadas. Desmonte hidráulico e sucção de polpa para concentração gravítica consiste na estruturação básica do trabalho. A demanda máxima de trabalho corresponde à coluna de 3.5 m, com transporte até 30 m de distância. A seguir são discriminados os equipamentos padrões, ressaltando-se que a especificação final dependerá da existência dos produtos no mercado. Além do mais, busca-se equipamentos menos pesados que terão preferência, mesmo que esta reduza o rendimento previsto, que será compensado pelo incremento da operacionalidade.

O desmonte hidráulico e a sucção da polpa (bico jato e chupadeira) será realizado com dois conjuntos de motobombas completos. Os motores serão iguais, optando-se pelo NSB-12, Yanmar, por ser o menor motor diesel utilizado em garimpo, de boa qualidade e amplamente conhecido. Conserto e peças de reposição são acessíveis em todas regiões onde tem garimpo. Cada motor terá uma bomba específica para pressão (desmonte hidráulico) e sucção (chupadeira). Os conjuntos são complementados com mangueiras, bases, etc, conforme especificado abaixo.

A concentração do ouro e do minério, conforme especificação produzida nos estudos preliminares, obedecerá um procedimento simplificado no início através do uso de caixas concentradoras com calhas mais largas e alongadas, calhas estas modulares que poderão ser acopladas ou retiradas de acordo com a eficiência exigida. É possível que seja necessário incluir uma sofisticada no sistema de concentração e extração do mercúrio. As duas possibilidades são, uso de centrífuga Knelson ou de placas de deposição eletrolítica. A preferência será para as placas porque elas têm operação passiva ao contrário da centrífuga que usa um motor próprio o que viria a onerar o sistema (motor elétrico + gerador). Os módulos de placas eletrolíticas são acoplados no final da calha concentradora (assim como a

centrífuga) e são capazes de tratar 2 t de material sólido por hora. Este valor, de 2 t/h, equivale a 1 m³ de material contaminado ou rejeito, e baliza o rendimento previsto para o conjunto.

Aperfeiçoamentos poderão dobrar este rendimento através de seleção de material contaminado ou não, da duplicação de módulos de placas eletrolíticas, de acordo com a capacidade suportada pelos conjuntos motobombas.

Todos esses equipamentos podem ser desmontado para facilitar o transporte a pé através de floresta. A peça mais pesada do motor, o bloco, atinge 60 Kg e o motor completo, 150 Kg.

4 .Transporte, Instalação e Abastecimento

O Projeto constará da operação das equipes na recuperação das áreas degradadas por garimpagem, através de procedimentos de caráter piloto. Inúmeras operações paralelas ocorrerão, buscando viabilizar o sucesso do empreendimento. Além disso o Projeto trás embutido uma eventual projeção da produção extrativa futura, de acordo com a plano de revegetação programado, que vem somar com atividade correlata já iniciada durante a demarcação.

Nas áreas recuperadas e em pontos estratégicos da divisa da TI Waiãpi, além de outras situações internas, haverá produção de origem vegetal, reciclando-se a atividade extrativa mineral para extrativa vegetal.

A importância da sistemática de trabalho a ser desenvolvida, cujo efeito multiplicador é buscado para aplicar em outras áreas, torna-se evidente a necessidade de consultoria especializada em diversos temas que o Projeto aborda: bioquímica do mercúrio, engenharia de minas, engenharia florestal, medicina, etc...

Considerando-se as condições amazônicas o transporte, é vital para reduzir custos, manter a qualidade das amostras relativas a mercúrio, escoar produção e apoiar a operação de uma forma geral.

A infra-estrutura a ser implantada é simples e consiste, basicamente da construção de galpões nas áreas alvos principais (Aimã e Karavövõ) e em Macapá, cujos objetivos são de manutenção e estoque, ou seja, locais de limpeza e conserto de motores e equipamentos assim como de manutenção destes durante os períodos de inatividade. Em Macapá, além destas funções o galpão terá a aplicação futura de apoio à comercialização de bens extrativos.

O acesso interno será realizado pelos próprios índios, estando previsto a abertura de acesso para o trator até o Aimã. Será necessário o apoio de pessoal experiente na construção de passagem e pontes sobre os pequenos igarapés. Este acesso poderá atingir margens do Igarapé Aimã, próximo das áreas alvo, já suficiente para viabilizar o transporte de material, equipes e combustível.

Estima-se que o material a ser transportado, incluindo conjunto motobombas, equipamentos e combustível totalize 12 t (2 conjuntos motobombas completos, motor 1 t, combustível 10 t, implementos 1 t).

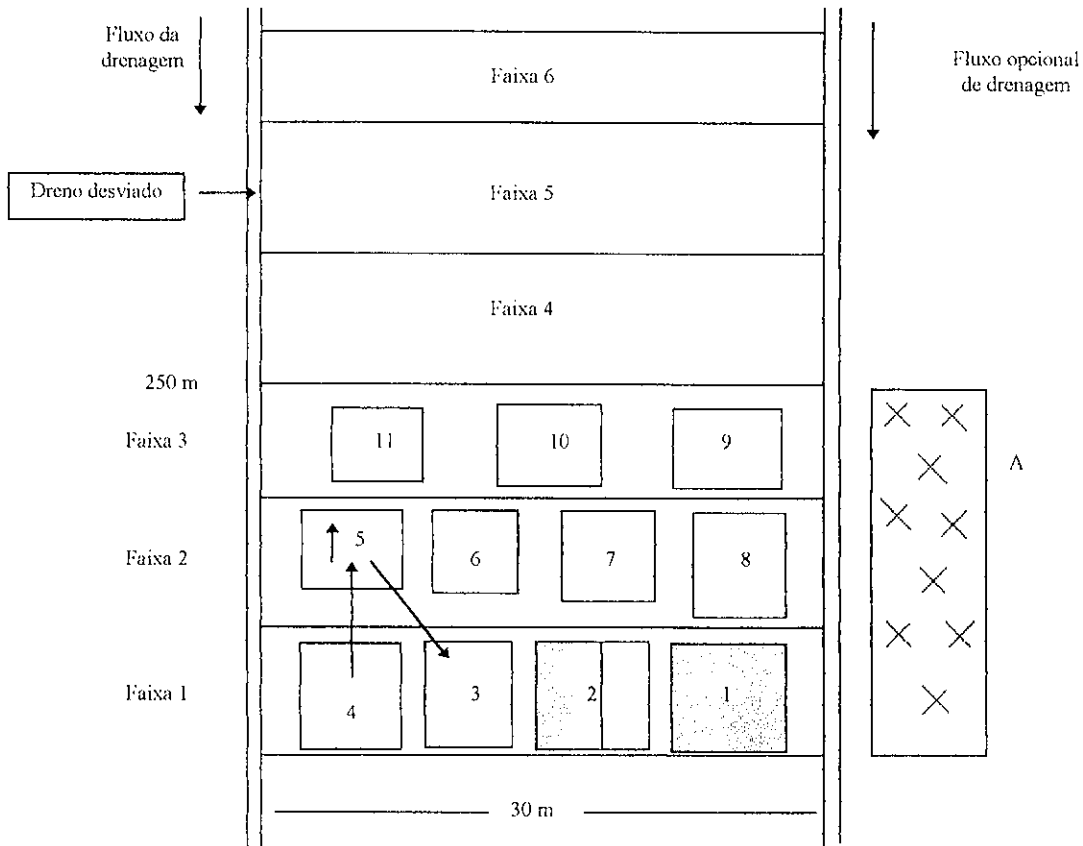
Conjunto de Desmonte Hidráulico

QTD	DESCRIÇÃO	
5	7614.7	MANGOTE SUCCÃO KANAFLEX 3"
20	7614.7	MANGOTE SUCCÃO KANAFLEX 3"
25	5017.2	PERFIL DE FERRO P/ BASE
1	3173.9	BOMBA C/ MANCAL HIDROJET 3" x 3"
1	3903.9	MOTOR YANMAR NSB 12 R
2	7618.0	ABRAÇADEIRA SUPRENS REF. 3"
1	7762.3	LUVA ELÁSTICA TAURUS LR 130/4 STD
1	2939.4	ADAPTADOR P/ MANGOTE FAL 2.1/2"
1	7947.2	FAL REDUÇÃO P/ MANGOTE 3" x 2.1/2"
1	8159.0	ESGUICHO MANUAL GABITEC 2.1/2"
1	3881.4	ABRAÇADEIRA SUPRENS REF. 2.1/2"
1	7618.0	ABRAÇADEIRA SUPRENS REF. 3"
1	3881.4	ABRAÇADEIRA SUPRENS REF. 2.1/2"
3	7966.9	MANG. DE BICO JATO

Conjunto de Sucção

QTD	DESCRIÇÃO	
5	7614.7	MANGOTE SUCCÃO KANAFLEX 3"
20	7614.7	MANGOTE SUCCÃO KANAFLEX 3"
25	5017.2	PERFIL DE FERRO P/ BASE
1	3173.9	BOMBA C/ MANCAL HIDROJET 3" x 3"
1	3903.9	MOTOR YANMAR NSB 12 R
2	7618.0	ABRAÇADEIRA SUPRENS REF. 3"
1	6411.4	LUVA ELÁSTICA TAURUS LR 150/5 FV

Fluxograma de Lavras



A - Pilha de solo orgânico estocado.

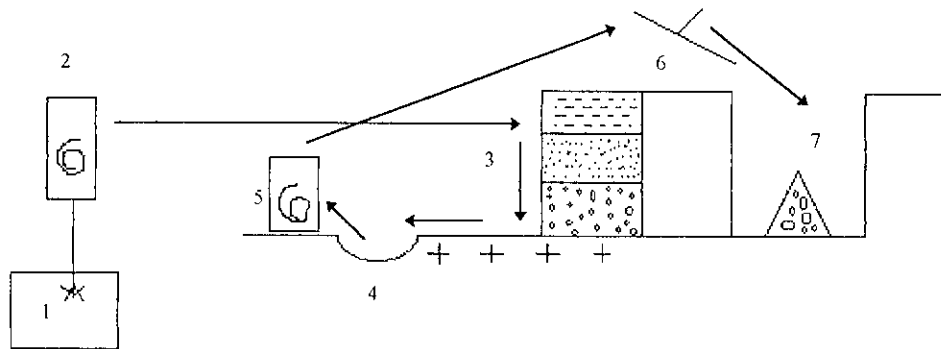
1, 2 - Cavas lavradas e preenchidas por rejeito reciclado.

3, 4 - Cavas abertas: 3 - sendo preenchida com rejeitos de 5; 4 - totalmente aberta e fornecendo água para o desmonte da cava 5.

5 - Cava sendo aberta.

6, 7, 8, 9, 10, 11 - Programação futura de abertura.

Fluxograma de Operação do Desmorte Hidráulico



- 1 - Estoque de água.
- 2 - Conjunto motobomba de pressão.
- 3 - Desmorte hidráulico do aluvião.
- 4 - Bacia de captação da polpa.
- 5 - Conjunto motobomba de sucção de polpa.
- 6 - Conjunto de concentração (extração de ouro e mercúrio).
- 7 - deposição de rejeito em cava já lavrada.

5. Extração

Com os resultados dos estudos complementares de amostragem e mapeamento, será definitivamente planejada a operação de extração e deposição do rejeito garimpeiro e minério remanescente. Os procedimentos básicos são descritos a seguir.

O aluvião ou baixão é uma superfície natural de deposição, originalmente plana, ligeiramente inclinada no sentido do fluxo de drenagem, encaixado entre elevações ou superfícies mais elevadas. A drenagem existente possui fluxo variável de água obedecendo a sazonalidade cujo desenho do percurso deverá ser condicionado

para permitir o controle do abastecimento de água, muito importante par as operações.

O módulo de trabalho corresponde a um corpo com área de 250 x 30m e profundidade de 2,0 m. Este comprimento de 250 m corresponde ao sentido do aluvião e a largura de 30 m a distância entre encostas que encaixam o aluvião.

Sobre este módulo serão aplicados os trabalhos a seguir sintetizados:

- 5.1 - Locação dos trabalhos
- 5.2 - Limpeza e desmatamento
- 5.3 - Extração e estocagem do solo orgânico
- 5.4 - Desvio da drenagem
- 5.5 - Definição do primeiro depósito de efluentes
- 5.6 - Extração e deposição
- 5.7 - Acerto final do terreno
- 5.8 - Revestimento de solo orgânico
- 5.9 - Revegetação

5.1 - Locação dos Trabalhos. A operação no módulo de trabalho será no sentido montante com abertura de cavas segundo faixas paralelas transversais. O trabalho iniciou-se na porção inferior do módulo e deverá conter as faixas transversais limpas (cada faixa terá 10 x 30 m), depósito de solo orgânico fora da área do aluvião e primeiro depósito de efluentes.

5.2 - Limpeza e Desmatamento. Toda área de trabalho inicial terá limpeza numa área mínima de 3 faixas juntamente com o pátio de estoque de solo.

5.3 - Extração e Estoque de Solo. Todo material de cobertura, ricamente orgânico e útil no reflorestamento, sempre que possível deverá ser retirado e depositado para aproveitamento na revegetação. Este trabalho poderá ser manual e o material depositado no pátio de estocagem, já limpo, localizado fora da área de trabalho.

5.4 - Desvio da Drenagem. Todo fluxo de água será condicionado nas margens do aluvião aproveitando-se as encostas. Ambos os lados terão drenos que serão utilizados de acordo com a evolução do trabalho. O controle da drenagem é importante para o abastecimento de água necessário ao desmonte hidráulico e para evitar que ocorra alagamento das áreas de trabalho e acidentes de assoreamento indevido.

5.5 - Definição do Primeiro Depósito Efluente. O material a ser remobilizado - rejeito e minério remanescente - será original de um lugar que se tornará uma cavidade e destinado a outro lugar que é o depósito de rejeito. O início desta operação deverá

contar com um lugar de deposição pré-estabelecido que pode ser uma cava pré-existente de origem garimpeira ou uma pequena barragem de contenção construída especificamente para isso.

5.6 - Extração e Deposição. Definidos estes passos anteriores e a barragem de contenção inicial pode-se iniciar o trabalho de remobilização de material. O trabalho deve obedecer um sentido de montante segundo faixas paralelas entre si e transversais à direção do aluvião. Serão abertas cavas nestas faixas dando uma continuidade de deslocamento dos trabalhos e equipamentos de forma a racionalizar as operações, reduzindo deslocamentos desnecessários e permitindo que uma cava anteriormente aberta sirva de barragem de contenção durante a abertura da cava subsequente, de tal maneira que teremos ao mesmo tempo, durante a operação normal, uma cava aberta fornecendo água para o desmonte, uma cava nova sendo desmontada e uma cava aberta sendo preenchida. A prática deste tipo de operação, tipo corte e preenchimento, permitirá, no futuro, variações no resultado final a ser obtido na topografia. Assim é possível que se construa lagos maiores para uso em piscicultura, por exemplo. Isto não está previsto no momento.

5.7 - Acerto Final do Terreno. A partir de uma determinada área trabalhada deverá ocorrer o acerto final da topografia cujo objetivo é eliminar as partes onde possa ocorrer alagamento. Este serviço poderá ser manual ou a trator.

5.8 - Revestimento de Solo Orgânico. Com o terreno aplainado será distribuído o solo orgânico com o planejamento de recuperação ambiental e revegetação. É perfeitamente possível importar solo das encostas caso seja necessário.

5.9. Revegetação. De acordo com a concepção de engenharia florestal. Ver Relatório de Consultoria da REBRAF, em anexo.

6. Concentração

Os resultados dos estudos anteriores e complementares permitirão que se refine a estrutura de concentração. De qualquer maneira o procedimento estabelecido visa a simplicidade para equipes indígenas. No modelo previsto localizado no Yjy Piriri, espera-se ouro relativamente grosso que não venha a apresentar dificuldades de concentração numa boa caixa concentradora. Esta caixa deve ser bem regulada, dimensionada para até 3 m³/h de sólido, numa faixa ótima de 2 m³/h. Caso seja necessário, a calha poderá ser aumentada através de acréscimo de módulos, que aumentam a área de posição do concentrado pesado. Na saída destas calhas poderão ser acoplados equipamentos especiais de concentração do tipo centrífuga

de Knelson ou placas de deposição eletrolítica visando otimizar a recuperação do mercúrio.

Toda a polpa com sólidos oriundos do desmonte hidráulico e captada pela bomba de sucção é transportada por mangueira até a entrada da caixa onde existe uma peneira. Os seixos maiores do aluvião permanecem no fundo da cava e os menores são transportados na mangueira, sendo então retirados na peneira que permite a passagem apenas de sólidos finos, com ouro e mercúrio. Esta polpa peneirada percorre a caixa concentradora que possui inúmeras armadilhas para capturar as partículas de maior densidade. A eficiência na retenção deste material na caixa depende de inúmeros fatores do tipo velocidade de abastecimento, quantidade de sólido na polpa, tipos de armadilhas, inclinação da calha, dimensões e forma das partículas, etc. Estes parâmetros serão definidos em campo durante a regulação com ajuda das informações preliminares.

Periodicamente, o trabalho de concentração será interrompido para limpeza da caixa concentradora e retirada do pré-concentrado que é destinado à concentração final em outro local. O período de duração de cada ciclo de limpeza também é variável e pode ser monitorado através da amostragem do rejeito final da calha, que é bateado determinando-se a eficiência do sistema. Se ocorrer perda de ouro ou mercúrio existe problema de saturação da caixa ou de regulação.

O pré-concentrado, por exemplo, produto de dois dias de desmonte hidráulico, deve ter um volume máximo de 20 l. Ele é então submetido a concentração fina (apuração) por bateamento em tanques fechados (grandes bacias, por ex.) gerando um concentrado final onde convivem ouro e mercúrio, provavelmente amalgamados. Este produto é inerte nas condições ambientais e será devidamente estocado para tratamento posterior. Caso exista mercúrio recuperável, é possível que ocorra uma perda deste elemento no pré-concentrado, não capturado pelo bateamento, o que exigirá uma solução para o destino deste material (rejeito de concentrado).

7. Destilação

O ouro recuperado junto com mercúrio não será beneficiado na área pelos índios. Ele será destinado a tratamento em Macapá numa compradora de ouro que possua as condições adequadas de destilação e recuperação de mercúrio mais o ouro.

Não existe fundamento em promover esta atividade junto aos índios Waiãpi porque sua almejada capacitação em produção mineral sempre primou pelo não uso do mercúrio.

Balanço - Considerações Econômicas

Área Alvo: Aimã / Yjy Piriri

Módulo área: $250 \text{ m} \times 30 \text{ m} = 7.500 \text{ m}^2$

volume: $7.500 \text{ m}^2 \times 2,0 \text{ m} = 15.000 \text{ m}^3$

Teor coluna Au - $0,8 \text{ g/ m}^3$

Reserva estimada - $15.000 \text{ m}^3 \times 0,8 = 12,0 \text{ Kg Au}$

Aproveitamento previsto - 75% ou $15.000 \text{ m}^3 \times 0,75 = 11.250 \text{ m}^3$

25% corresponde a material não trabalhável

Relação minério virgem / rejeito = 0,3 - 0,7

30% e 70%

Estimativas de material remobilizável não succionável (matações) e retido na peneira = 20%

Volume passante na caixa = $11.250 - 20\% = 9.000 \text{ m}^3$

Correção de teor - volume bruto = 15.000 m^3 a $0,8 \text{ g/ m}^3$

Volume aproveitável 11.250 m^3 a $0,8 \text{ g/ m}^3$ ou 9 Kg

Volume passante 9.000 m^3 c/ 9 Kg Au contido ou 1 g/ m^3

Recuperação 85% = $9,0 \text{ Kg} \times 0,85 = 7,65 \text{ Kg Au recuperável}$

Rendimentos operacionais

Volume total passante	9.000 m ³
Teor recuperável	0,85 g/ m ³
Reserva recuperável	7,65 Kg Au
Rendimento hora / máquina	A 2 m ³ /h (sólido passante na caixa)
	B 5 m ³ /h

Etapa inicial $2 \text{ m}^3/\text{h} \times 6 \text{ h} \times 20 \text{ dias/mês} = 240 \text{ m}^3/\text{mês}$

$240 \text{ m}^3/\text{mês} \times 0,85 \text{ g/ m}^3 = 204 \text{ g/mês}$

$3 \text{ meses} \times 240 \text{ m}^3/\text{mês} = 720 \text{ m}^3$

Etapa rotina $5 \text{ m}^3/\text{h} \times 6 \text{ h} \times 20 \text{ dias/mês} = 600 \text{ m}^3/\text{mês}$

$600 \text{ m}^3/\text{mês} \times 0,85 \text{ g/ m}^3 = 510 \text{ g/mês}$

Duração	3 meses x 240 m ³	= 720 m ³	= 617 g
	13,8 meses x 600 m ³ /mês	= 8.280 m ³	= 7.038 g
Total	16,8 meses	= 9.000 m ³	= 7.655 g

Custos Diretos

1. Combustível - 3 l / diesel / hora / máquina

Total horas 16,8 meses x 20 dias x 6 h/dia x 2 máquinas = 4.032 h
 Consumo total 4.032 x 3 = 12.096 l
 12.096 l x R\$0,40 = R\$4.838,40
 Lubrificantes 4 l x 50 h x 2 máq = 4 x (4.032 / 50 = 80)
 4 l x 80 h = 320 l x R\$3,50 = R\$1.120,00
 Manutenção = 180% do custo de combustível + lubrificantes
 Abastecimento = 120% do custo de combustível + lubrificantes
 Custo total = R\$4.838,00 + R\$1.120,00 = R\$5.958,00 x 300% = R\$23.832,00

2. Serviços diretos realizados pelos índios, com custos calculados sobre a receita líquida menos o fator de reinvestimento.

3. Equipe. O pessoal envolvido constará de 8 pessoas diretamente trabalhando na produção e 6 pessoas encarregadas do transporte de combustível e abastecimento geral. O total de equipes não está pré-determinado e seguirá a lógica interna da Comunidade.

4. O reinvestimento a partir das receitas geradas visará a instalação de outro conjunto de produção cujo custo estimado instalado, a partir de Macapá é de R\$20.000 ou próximo a 2 Kg Au.

5. A receita bruta prevista é de 7.650 g Au a preços de 04/06/97 = R\$12,00 / g Au

Total	7.650 g x R\$12,00	= R\$91.800,00
Despesas diretas		= <u>R\$23.832,00</u>
Lucro bruto		= R\$67.968,00
Reinvestimento		= <u>R\$20.000,00</u>
Caixa		= R\$47.968,00

//

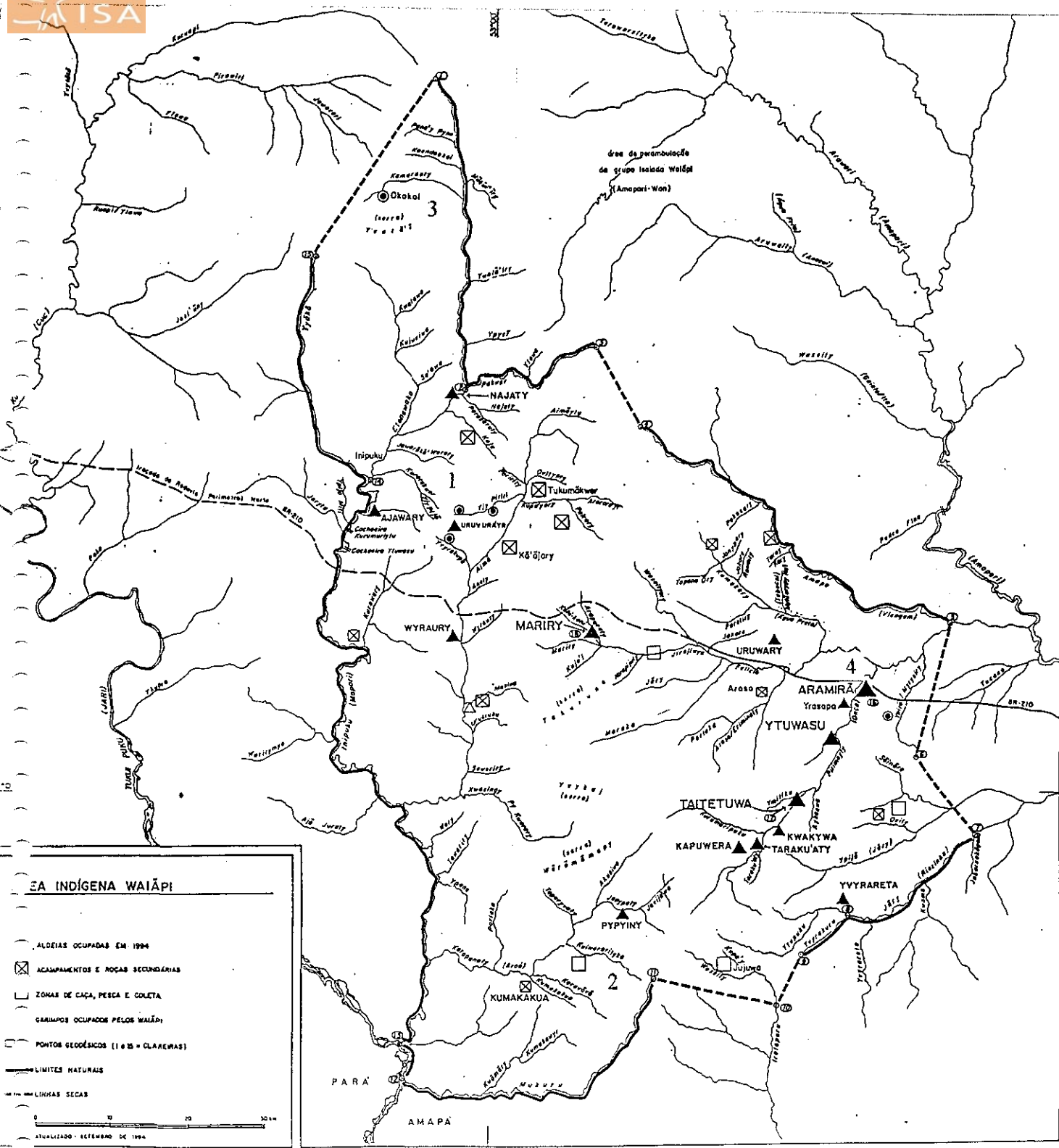
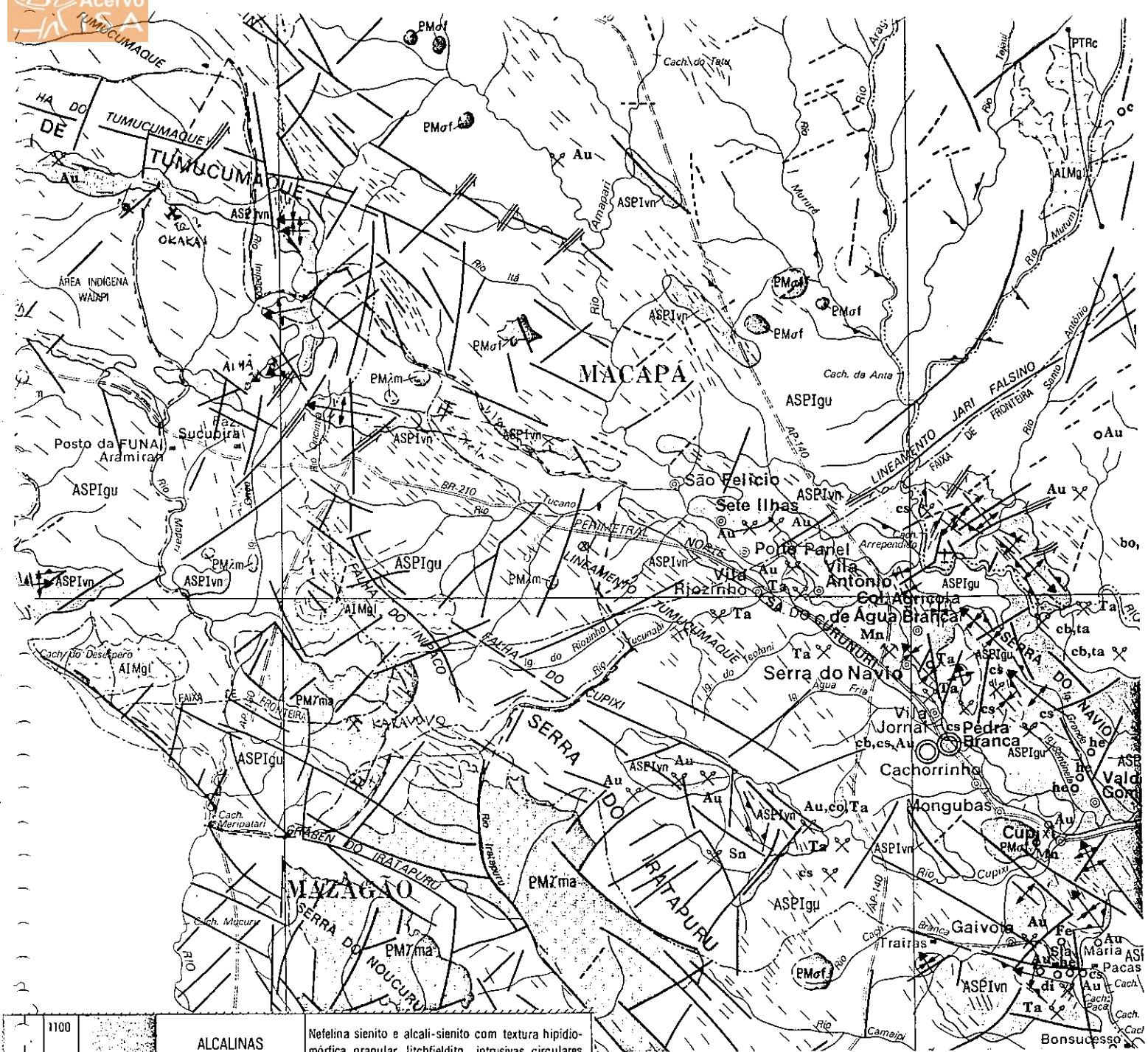


Figura 1 - Mapa da Reserva Waiãpi

- 1 - Aimã
- 2 - Karavovo
- 3 - Okakai
- 4 - Aramirã



1100	PM7m	ALCALINAS DO MAPARÍ	Nefelina sienito e alcali-sienito com textura hipidomórfica granular, litchfieldito, intrusivas circulares de caráter plutônico a hipobissal, possível diferenciação magmática de rochas ultrabásicas a ácidas
	PMof	GRANODIORITO FALSINO	Granodioritos grosseiros a porfíricos, as vezes pegmatíticos cataclásticos, dioritos, quartzo-dioritos, gabros, piroxenitos, harzburgitos e epidotitos
1900	PM7ma	SUITE INTRUSIVA MAPUERA	Alcali-granito biotítico e riebeckita granito de granulação fina a pegmatóide com desenvolvimento de porfiroblastos de microclina; jazimento sub-vulcânico a hipobissal, às vezes textura granofírica
	ASPIvn	SUITE METAMÓRFICA VILA NOVA	Biotita xisto, muscovita-biotita xisto, quartzitos puros a muscovíticos, quartzitos ferruginosos, biotita-actinolita xisto, actinolita-tremolita xisto e anfibolitos
3100	ASPIgu	SUITE METAMÓRFICA GUIANENSE	Granitos, monzonitos, tonalitos, dioritos, granodioritos, trondhjemitos, adamelitos, migmatitos, anfibolitos e gnaisses
	AlMgl	COMPLEXO GRANULÍTICO	Granulitos charnoquíticos, charnoenderbitos, granoblastitos, hiperstênio-plagioclásio granulitos. Gnaisses de composição variada com alto grau metamórfico
3500			

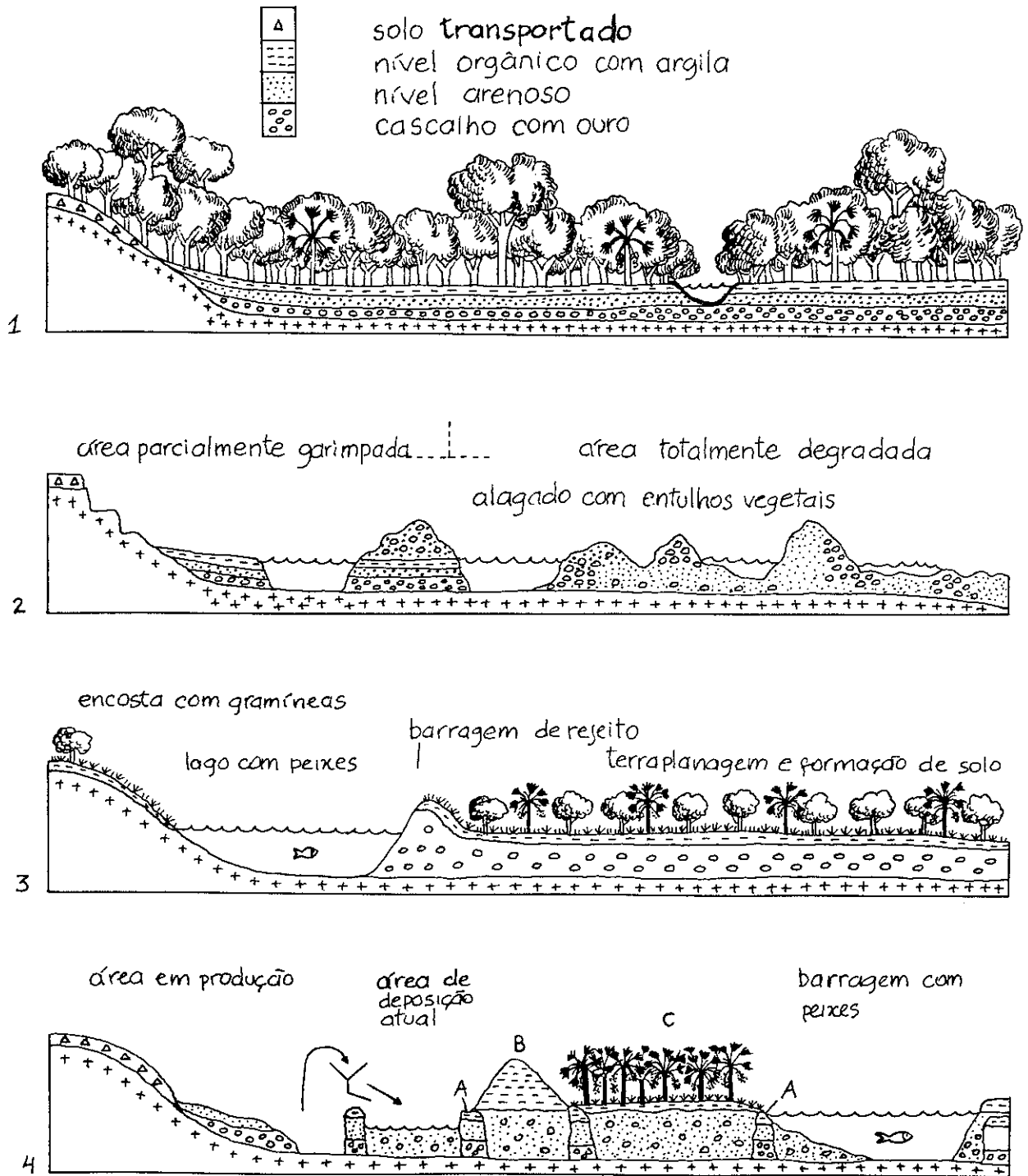
Figura 2 - Mapa geológico e coluna estratigráfica do Arqueano

Escala 1: 1.000.000

Estado do Amapá e MME

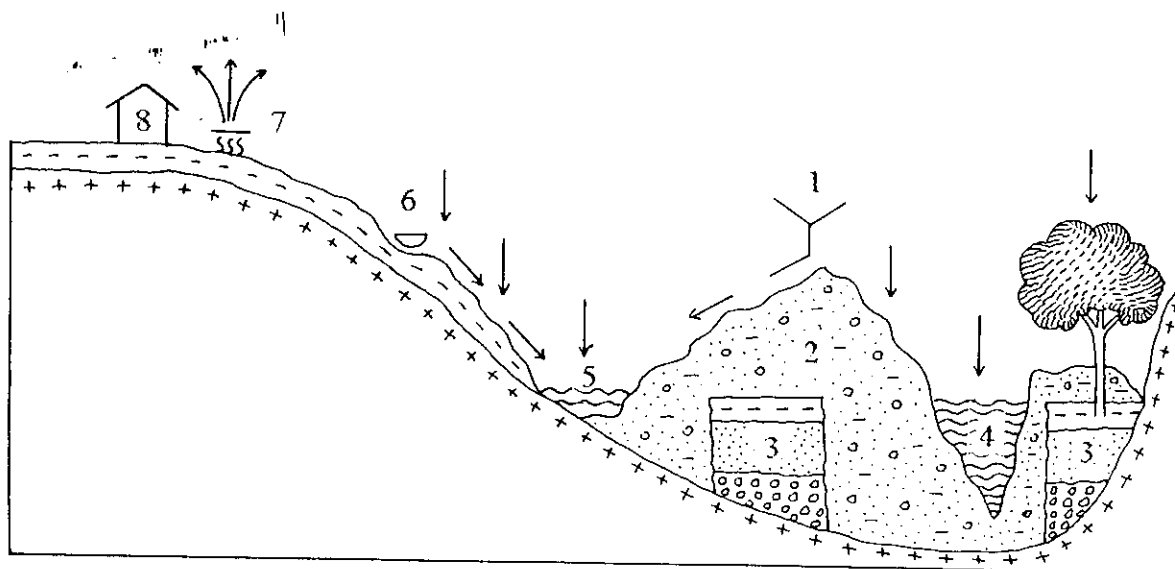
PERFIS ESQUEMÁTICOS DOS ALUVIOS MINERALIZADOS

EXTENSÃO : 1.0 Km / PROFUNDIDADE : 3 a 6 m.



1. Perfil virgem mostrando as unidades geológicas.
2. Área parcialmente degradada com "sobras" de minério.
3. Área 2 recuperada através da lavra das "sobras".
4. Área virgem trabalhada com técnica de recuperação. O serviço inicia-se na porção baixa; faixas estreitas de minério são preservadas para contenção de rejeitos (A); o nível de solo orgânico é estocado (B) para revestir áreas esgotadas, aplanadas e recompostas com plantios.

Figura 4 - Perfil Esquemático de Área Degradada Padrão e Vetores de Contaminação Mercurial



- 1 - Caixa concentradora
- 2 - Rejeito de caixa concentradora
- 3 - Aluvião não lavado
- 4 - Escavação garimpeira não soterrada e alagada
- 5 - Drenagem
- 6 - Local da apuração do concentrado com ouro
- 7 - Queima do ouro azogado (Au + Hg)
- 8 - Acampamento

→ Vetores de contaminação de mercúrio

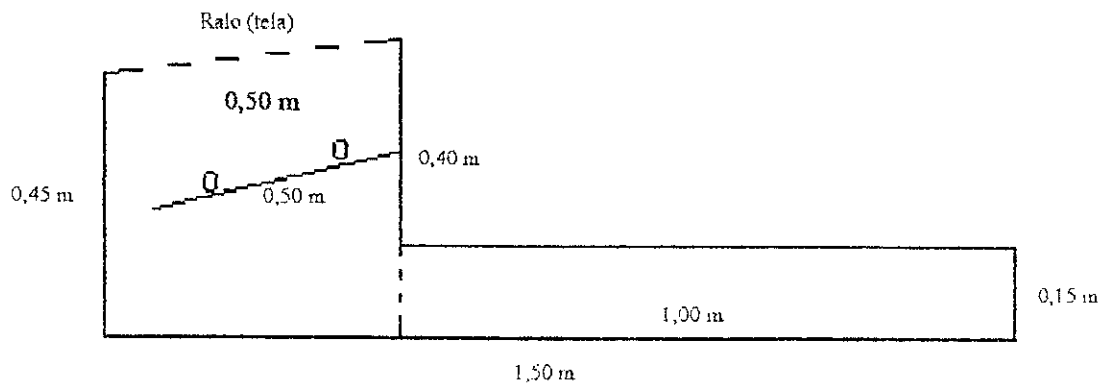
Este é o ambiente esperado para as áreas degradadas por garimpagem em aluviões da Terra Waiãpi. Todo mercúrio lançado no ambiente tende a se concentrar na drenagem garimpada.



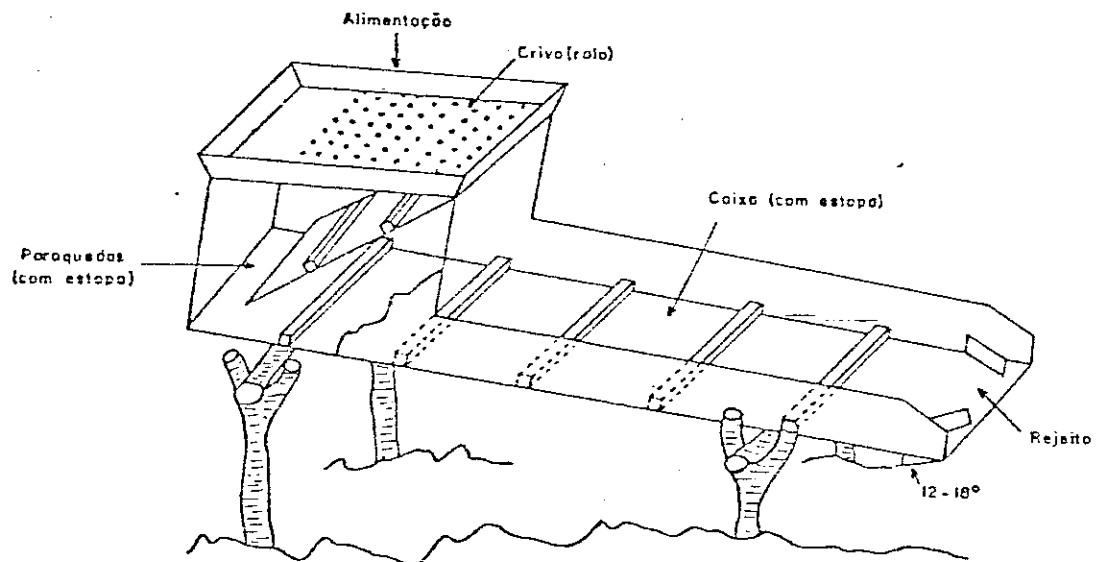
Figura 5 - Sistema industrial de extração de mercúrio metálico. O princípio técnico é o mesmo da caixa concentradora. A base da calha, onde circula a polpa com mercúrio e ouro consiste de placas metálicas com deposição de finas camadas de mercúrio. As partículas de mercúrio e ouro fixam-se nesta camada sendo retiradas com raspagem.

Anexo 1

Caixa de Concentração Desmontável e Portátil



Largura - 0,30 m



Conjunto Moto-bomba

Kit Conjunto Moto-bomba:

Motor Yanmar NG 37F12 - 3,4
 Bomba Multi Estágio PA-5002 / auto-escavante
 1 bocal entrada 1,5" - bronze
 1 bocal saída 1"1/4 - bronze
 5 m mangueira espiral verde dura 1,5"
 40 m mangueira rígida
 1 válvula de retenção 1"1/2 bronze / solidez - tipo cebola
 4 braçadeiras 1,5"
 4 braçadeiras 1"1/4
 1 m² carpete liso 6 mm

Kit Ferramentas

Alicate boca	Alicate corte	Bateia
Braçadeiras e conexões	Caixa completa	Cebola
Chave allen pequena	Chave-boca 11-12	Chave vela
Chaves de boca 3-9, 10-13 e 17-19	Chaves de fenda	Chaves inglesas
Conjunto ferramenta motor	Enxadão	Enxadas
Ferramentas chave L 14	Garots 10, 20, 1	Lima kf
Lima triangular grande / pequena	Luva azul - plástico	Luvas de couro
Martelos	Pás	Peolas
Picareta fina	Picareta larga	Plaina
Serrote		

Kit Materiais

Arame 1b	Balança analógica Log	Bacia
Balde	Caderneta	Caneta
Carpete	Cola Durepox	Lanterna
Mangueira flexível	Mangueira rígida	Prego 1,5"
Veda rosca		

Kit Peças de Reposição

Anéis	Carburador LWR
Cabo de partida	Condensador
Juntas de cabeçote-inf. e sup.	Platinado
Papel de junta para bomba	Porcas de cabeçote
Porca do eixo (lado magneto) / mola do cachorro	Velas
Molas de pistão	



GEOKLOCK

Serviços e Projetos de Geologia e Mineração Ltda.

DIVISÃO QUÍMICA E TECNOLOGIA MINERAL

CERTIFICADO DE ANÁLISE

Nº 136/91

CLIENTE		
CONVÊNIO CTI - SEMAM - Projeto WA		
REFERÊNCIA	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
136/91	Au (ppm)	Ag (ppm)
S2	≤ 0,02	7,28
W2	0,02	15,07
W3	≤ 0,02	17,95
W5	≤ 0,02	7,55
S3	≤ 0,02	7,52
S4	≤ 0,02	10,63
W1	1,42	3,83
W4	0,13	5,40
S5	≤ 0,02	11,52
S6	≤ 0,02	10,80
W7	0,05	59,75
W8	0,20	68,30
W9	≤ 0,02	22,13
LABORATÓRIO	Margarete Neleni Angiara ENGA QUÍMICA CR 24 10 095 1300 4 11 894	DATA SBC, 25/11/1991



PAULO ABIS ENGENHARIA S.A.

São Paulo - R. Cap. Francisco Teixeira Nogueira, 154 CEP 05038
Tel. (011) 263-5055 C. Postal 8398 Telex: (011) 24788 ABIB BR
Belo Horizonte. Tel. (031) 441-8622 Telex: (031) 1656 EIME BR
Rio de Janeiro: Tel. (021) 262-3140 Telex: (021) 32751 ABIB BR
CRQ N.º 3557/F 4.º Reg. - 32.297/84

CERTIFICADO DE ANÁLISE
DIVISÃO DE LABORATÓRIOS

N.º 226/91 CONTRATO 950-03

CLIENTE **CONVÊNIO CTI - SEMAN - PROJETO WAIÁPI**

REFERÊNCIA	HISTÓRICO	DIFRAÇÃO
PAA		
6596	Amostra K1	quartzo, ilmenita, granada possível presença: rutilo
6597	Amostra K2	ilmenita, zircão, granada, quartzo
6598	Amostra K4	quartzo, ilmenita possível presença: zircão, granada, rutilo
6599	Amostra S1	ilmenita, quartzo, andaluzita possível presença: granada (S = SDRS)
6600	Amostra S7	ilmenita, andaluzita possível presença: quartzo
6601	Amostra S8	ilmenita, andaluzita possível presença: quartzo
6602	Amostra W6	quartzo, andaluzita possível presença: mica, rutilo, feldspato



CERTIFICADO DE ANALISE

Cliente : Dr. Luiz Antonio Vessani

N/Ref. : JUL0178.C94

Amostras : Concentrado de Bateia

S/Ref. : Carta 13/07/94

No.	Amostra	Ta205 %	Nb205 %	Sn ppm	W ppm	Be ppm
1	OK - 1	0.13	0.42	321	23	< 2
2	OK - 2	2.0	4.2	35	323	42
3	OK - 4	0.014	0.020	9	< 15	11
4	OK - 5	0.35	0.43	15	42	< 2
5	OK - 6	0.044	0.12	< 5	< 15	< 2
6	OK - 7	1.7	3.3	585	299	264
7	OK - 9	0.42	1.1	119	82	78
8	OK -10	0.50	1.0	264	83	112

GEOLAB

Marcelo Fonseca Cavalcanti

CRQ II N.º 02800278

Belo Horizonte, 11 de Agosto de 1994



CERTIFICADO DE ANALISE

Cliente : Luiz Antonio Vessani

N/Ref. : AUG0132.C94

Amostras : Concentrado Bateia

S/Ref. : Remessa 18/08/94

No.	Amostra	Ta205 %	Nb205 %	Sn ppm	W ppm	Be ppm
1	92-1	< 0.010	0.082	115	< 15	< 2
2	92-2	< 0.010	0.086	42	< 15	< 2
3	92-3	< 0.010	0.027	< 5	< 15	< 2
4	93-1	< 0.010	0.072	75	86	< 2
5	93-2	< 0.010	0.44	23	< 15	< 2
6	93-3	< 0.010	0.38	37	< 15	< 2
7	93-5	< 0.010	0.079	172	21	< 2
8	93-6	< 0.010	0.10	163	24	< 2
9	93-7	0.024	0.037	< 5	18	< 2

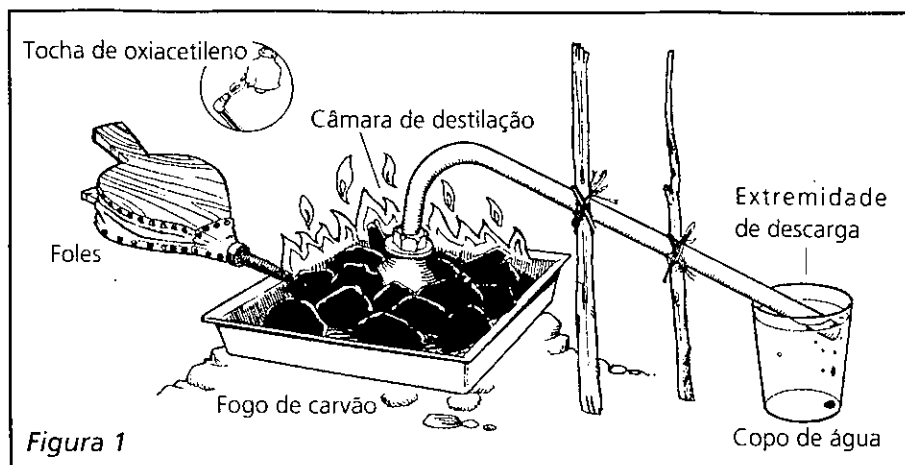
GEOLAB

Marcelo Fonseca Cavalcanti

CRQ II N.º 02800278

Belo Horizonte, 2 de Setembro de 1994

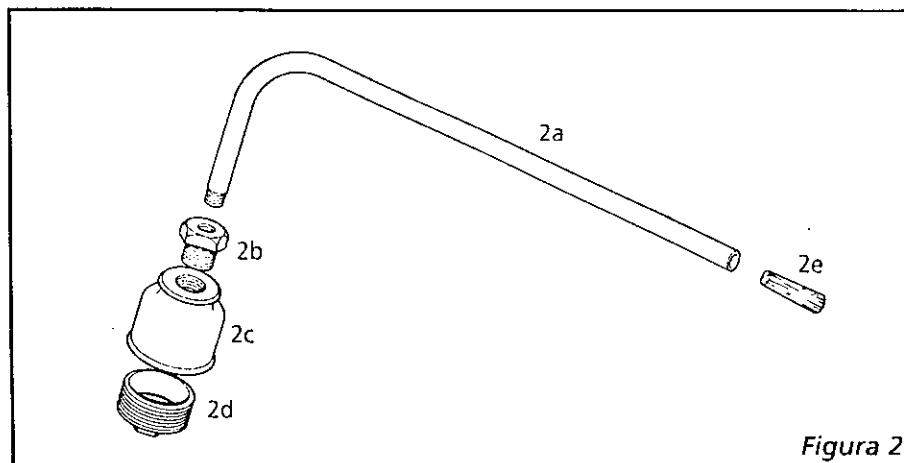
Anexo 3 - Modelo de Retorta para Recuperação de Mercúrio Amalgamado



Usando a retorta

O propósito da retorta é separar o ouro dos componentes de mercúrio da amálgama de ouro. Aplicando calor à amálgama (Figura 1), o mercúrio é queimado como um gás o qual passa ao longo do cano para recondensar-se como um líquido. O ouro permanece na câmara de destilação da retorta, enquanto que o mercúrio é recolhido em forma líquida, na extremidade de descarga.

1. Embrulhe a amálgama em pequenas bolas em um pedaço de papel (o papel alumínio de maços de cigarros é ideal). Isto ajudará a impedir que o ouro cole na câmara de destilação sob o efeito do calor. Nota: Use luvas de borracha sempre que estiver manuseando mercúrio para evitar contato com a pele.
2. Coloque a amálgama enrolada, dentro da porca-bujão, e aparafuse fortemente.
3. Vede todos os encaixes com argila molhada ou barro. Isto evitará que os gases de mercúrio escapem para a atmosfera durante o processo de aquecimento.
4. Prepare a fonte de calor, normalmente de carvão (uma tocha de oxiacetileno também pode ser usada).
5. Amarre a retorta em um apóio que posicione a câmara de destilação diretamente sobre a fonte de aquecimento. Na extremidade de descarga, ponha um copo com água, com a extremidade do cano submergida (Figura 1).
6. Use foles para aumentar o calor. Continue usando os foles até que a câmara de destilação esteja quente vermelho ou, até que as bolhas parem de sair da extremidade de descarga. Esta parte do processo leva aproximadamente 5 minutos.
7. Remova a fonte de calor e permita que a retorta esfrie, usando para isto, um pano molhado ou água, porém tendo o cuidado de manter a extremidade de descarga submergida em água.
8. Levante a retorta verticalmente mantendo contido a extremidade de descarga submergida na água (Figura 4, no verso). Bata de leve no cano com uma vareta para expulsar qualquer mercúrio que ainda permaneça no cano.
9. Remova a retorta da água e cubra imediatamente a extremidade de descarga com a rolha de madeira.



Partes necessárias (Figura 2)

O cano da retorta e seus acessórios, com exceção da rôlha de madeira(2e) devem ser feitos de ferro galvanizado natural. Cobre ou outros metais, não devem ser empregados na fabricação do encanamento porque êstes se combinam rapidamente com o mercúrio.

1. Um cano de ferro galvanizado de 20 polegadas de comprimento e 1/4 de polegada de diâmetro (2a), com um parafuso localizador de rêsca em uma das extremidades. Não sendo possível usar um cano de 1/4 de polegada de diâmetro, use um cano de 1/2 polegada porém, note que quanto menor o diâmetro do cano, melhor será.
2. Uma bucha de redução de ferro galvanizado de 1/2 a 1/4 de polegada (2b).
3. Um reductor de ferro galvanizado de 1/2 a 1 1/2 polegada (2c).
4. Uma porca-bujão de ferro galvanizado de 1 1/2 polegada (2d).
5. Uma rôlha de madeira para encaixar na extremidade de descarga do cano de 1/4 ou de 1/2 polegada (2e).

**INTERMEDIATE
TECHNOLOGY**

Para maiores informações, entrar em contato com:

The Mining Programme
Intermediate Technology
Myson House, Railway Terrace
Rugby, CV21 3HT, UK
Tel: (0788) 560631 Fax: (0788) 540270



Figura 1 - Caixa concentradora padrão.



Figura 2 - Acerto final do terreno lavrado.
Toda área desmatada foi lavrada e aterrada.



Figura 3 - Apuração do ouro sem o uso de mercúrio. O pré-concentrado da caixa é concentrado na bateia usando-se a lacia para evitar perdas. O concentrado final é seco e apurado por sopro.



Figura 4 - Estoque de cascalho abandonado por garimpeiros na área Karavovo. No primeiro plano da foto tem-se a cava no aluvião, com água.

Terceiro Texto Complementar para o Entendimento do Projeto:
Recuperação e Despoluição
de Áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo

Consultoria prestada pela REBRAF
Relatório preliminar
Junho de 1997



REBRAF

Instituto Rede Brasileira Agroflorestal

Uma ONG sem fins lucrativos

Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2267
(Santa Rita) cep 68.900-000 Macapá/AP
C.G.C: 40.241.424/0001/62
Tel/Fax: (096) 223 3309 CEP: 68.900-000

RELATÓRIO DA CONSULTORIA FEITA NA A.I. WAYÁPI SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS PELO GARIMPO

Consultoria prestada pela REBRAF

*(Gário F. de Carvalho, Pedro Correa de Souza, Kelson Freitas Vaz e
cooperação de Jean Dubois na elaboração do relatório)*

Macapá, 5 de junho de 1997

1. Introdução.

A Rebraf foi solicitada pelo Centro de Trabalho Indigenista para avaliar a situação atual das áreas degradadas pelo garimpo e elaborar diretrizes para acelerar o processo de recuperação dessas áreas.

2. Aldeias e áreas visitadas.

Na Reserva Indígena Wayápi, a equipe técnica da Rebraf realizou as visitas de campo, fazendo o seguinte roteiro: da aldeia do Aramirã à aldeia de Mariry por rio, seguido por uma caminhada de 0 horas até as áreas de garimpo localizadas na bacia do rio Aimã: o garimpo de Esquadrão da Morte (rio Yjy Piriri) e outro garimpo no Rio Yjypijõ. Fomos guiados até os garimpos pelo Srs. Geovani Musial (coordenador do Programa de Monitoramento do CTI-AP) e Fausto Campolli (indigenista do CTI). O cacique Waiwai, chefe da Aldeia dos Mariry, nos acompanhou nas áreas garimpadas.

Depois, retornamos à Aldeia do Mariry e prosseguimos para a Aldeia de Aramirã, onde foram feitas observações de campo no seu entorno, relacionadas com o viveiro comunitário, a materialização por plantios dos limites da AI (Ramal Pinoty e Ari/Riozinho) e com a erosão afetando, localmente, as margens da Perimetral Norte. Neste deslocamento, fomos acompanhados pelo chefe da Aldeia de Aramirã, Cacique Kumaré e por Casiripiná, atual Presidente da APINA. Estas observações de campo serão apresentadas e comentadas em outro relatório. O presente relatório trata exclusivamente de problemas ligados às atividades de garimpagem.

3. Observações de Campo.

Esses dois garimpos foram abandonados há mais ou menos 10 anos. A extensão do garimpo do Esquadrão da Morte é de aproximadamente 2,2 ha e do garimpo do rio Yjypijõ, mais ou menos 2,8 hectares. O garimpo Esquadrão da Morte (Rio Ijy Piriri) é situado num vale estreito, entre duas encostas. Este vale é coberto por floresta nativa, com andares superiores bastante abertos e vegetação mais densa no sub-bosque. Nas encostas, fora do vale estreito, os andares superiores da mata são mais densos. As atividades de garimpo se deram exclusivamente no vale. O outro garimpo, também localizado em vale estreito, apresenta uma vegetação florestal mais densa, inclusive nos andares superiores.

A garimpagem foi feita por abertura de cavas que variam de 0,5 a 3 metros cúbicos de terra escavada e distantes umas das outras, deixando entre elas áreas não mexidas. As cavas para garimpagem foram abertas afastadas do leito do rio. Nos dois garimpos, o rio é, de fato um pequeno curso d'água, com mais ou menos 1 m de largura e 25 cm de profundidade. Seu curso é sinuoso, em terreno de fraca declividade, criando portanto condições de baixo risco de erosão das encostas.

Nas áreas mexidas, a vegetação desenvolvida após a garimpagem, caracteriza-se pela grande ocorrência de samambaias, açai, lauro, heliconias, andiroba, pau-jacaré, imbaúbas, várias melastomastáceas, guarumãs, sororoca, etc... Nas árvores maiores remanescentes, verificou-se a presença de epifitas tais como bromélias, orquídeas e aráceas, entre elas umas espécies ornamentais de valor econômico. Nos andares superiores ocorrem espécies madeiráveis, tais como andiroba, virola (ucuúba-da-várzea), bacaba, paxiuba, etc...

Nas áreas mexidas do garimpo do Rio Yjypijõ, observa-se uma frequência elevada de pacova e sub-bosque mais denso que no garimpo Esquadrão da Morte

Na área garimpada, o horizonte superior do solo, ocupando os primeiros 10 a 15 cm, apresenta um elevado teor de matéria orgânica. O segundo horizonte é argiloso, envolvendo cascalho.

As características técnicas de garimpagem e dos danos causados ao ambiente são idênticas nas duas áreas porém com maior recuperação da vegetação no segundo garimpo. Assim mesmo, nestes dois garimpos, as áreas mexidas pela extração do ouro encontram-se totalmente revegetadas: a maior parte desta revegetação é constituída por plantas de porte baixo, desde plantas rasteiras até plantas com altura total de 2 metros. Com o modelo de garimpagem, configurado pelo geólogo Luis Vessani para os Wayãpis, a lavra será conduzida sem uso de mercúrio; haverá contenção dos rejeitos, estocagem da capa mais orgânica do solo (horizonte superior) e reposição dos rejeitos para preenchimento das cavas. Feito o preenchimento, a capa orgânica será recolocada nos sítios lavrados. Esta recolocação da capa orgânica propiciará uma revegetação mais rápida e possibilitará o plantio mais precoce, nas áreas recuperadas, de espécies perenes tais como o açai.

4. Recomendações

O grau de revegetação obtido, sem intervenção humana, 10 anos após a garimpagem é satisfatório. O modelo de garimpagem recomendado pelo geólogo Luis Vessani, -modelo esse que será adotado pelos wayãpis,- evita a poluição das águas e gera condições que favorecem uma revegetação mais rápida, inclusive no que tange o plantio de enriquecimento com espécies de valor sócio-econômico. Plantar açaí é uma excelente opção pois além de fácil desenvolvimento nos solos úmidos dos pequenos vales, esta palmeira constitui-se numa fonte a mais de alimento para consumo humano bem como para a fauna silvestre (mamíferos, aves e algumas espécies de peixe). Dever-se-ia experimentar o plantio de outras espécies perenes, principalmente as companheiras naturais do açaí tais como guarumã (que serve para artesanato), iamorãna (cfr. *Piper cavalcante* ??, utilizado entre outros usos, como anestésico bucal), lacre vermelho (espécie acumuladora de húmus de boa qualidade), paxiúba (raízes utilizadas como ralador; madeira impustrescível para assoalhos e paredes de casas nas aldeias indígenas) e pau-mulato (fácil regeneração natural; crescimento rápido; madeira comercial procurada pelas serrarias), etc...

O mais cedo possível depois do repreenchimento das cavas e recolocação da capa rica em húmus, dever-se-ia realizar intervenções favorecendo um processo de rápida revegetação, com implantação de mudas de espécies pioneiras tais como as melastomatáceas arbustivas nativas, lacre vermelho, guarimã, sororoca e hananeirinhas (*Heliconia* spp.).

Se houver necessidade de se conseguir povoamentos de maior valor para a qualidade de vida dos habitantes da região, poder-se ia plantar nas áreas em via de recuperação o buriti o qual, infelizmente apresenta um crescimento lento, pelo menos durante toda a sua fase juvenil de desenvolvimento.

Formulário do MMA contendo a descrição básica do Projeto:
Recuperação e Despoluição
de Áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo

CTI / APINA
Maio de 1996

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.

1.1 TÍTULO RECUPERAÇÃO E DESPOLUIÇÃO DE ÁREAS DE TERRA WALÁPI DEGRADADAS POR GARIMPO.		
1.2 LOCAL TERRA INDÍGENA WALÁPI	UF AP	DATA MAIO/96
1.3 DURAÇÃO 24 MESES	1.4 INÍCIO PREVISTO JANEIRO/97	

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE.

2.1 NOME CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA C.T.I.				
2.2 ENDEREÇO AV. SÃO JOSÉ NO. 1570 BAIRRO CENTRAL CIDADE. MACAPÁ AP CEP 68900-270				TEL/FAX 096 212 6145
2.3 FORMA JURÍDICA ASSOCIAÇÃO	PÚBLICA ONG	() (X)	DATA DO REGISTRO 30/03/79	CGC 51.692.168/0001
2.4 REPRESENTANTE LEGAL SYLVIA CAIUBY NOVAIS PRESIDENTE			ATO QUE ATRIBUI COMPETÊNCIA NOMEAÇÃO.	
2.5 COORDENADOR PEDRO DIAS CORRÊA				
ENDEREÇO AV. SÃO JOSÉ No. 1570				096 212 6145

3. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

3.1 NOME CONSELHO DAS ALDEIAS WALÁPI. (APINA)				
3.2 ENDEREÇO AV. SÃO JOSÉ No. 1570 BAIRRO CENTRAL CIDADE MACAPÁ AP CEP.68907-270				FONE/FAX. 096 212 9146
3.3 FORMA JURÍDICA ASSOCIAÇÃO	PÚBLICA ONG	() (X)	DATA DO REGISTRO 31/10/95	CGC 00.772.568/0001-20
3.4 REPRESENTANTE LEGAL TARUKU WALÁPI PRESIDENTE			ATO QUE ATRIBUI COMPETÊNCIA ELEIÇÃO	

4. ORÇAMENTO RESUMO

CUSTOS EM US\$	PD/A	CONTRA PARTIDA	TOTAL
1o. ANO	99.004,00	80.800,00	179.804,00
2o. ANO	99.039,00	41.400,00	140.436,00
TOTAL	198.083,00	122.200,00	323.483,00

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

5-HISTÓRICO DE EXPERIENCIA DE TRABALHO DA ENTIDADE PROPONENTE/EXECUTORA

PROPONENTE

- O CTI, fundado em 1979, é uma entidade civil sem fins lucrativos composta por antropólogos e indigenistas que ao longo destes 15 anos de atividades, desenvolveu e vem desenvolvendo uma série de ações pontuais e de longo prazo entre vários de grupos indígenas brasileiros, basicamente centradas no apoio financeiro e técnico às atividades econômicas (agrícolas e extrativistas), visando possibilitar aos índios um maior controle sobre as terras que ocupam e que redundem em uma valorização de formas próprias de manejo e aproveitamento não-predatório dos recursos naturais disponíveis. Nos trabalhos de longo prazo, estas atividades são reforçadas por programas de educação escolar e pelo estabelecimento, nas aldeias, de núcleos de documentação em vídeo. No momento, o CTI está desenvolvendo 4 programas de trabalho que envolve todo o quadro de pessoal da entidade. São eles: "*Programa do CTI para o manejo não-predatório dos recursos naturais em áreas indígenas da Amazônia*", financiado pela Comunidade Européia e que envolve 3 sub-projetos, o "Frutos dos Cerrados" (grupos indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins); "Controle territorial e diversificação do extrativismo mineral e vegetal entre os Waiãpi do Amapá" e o "Levantamento agro-ecológico das áreas indígenas Krikali e Rikbaksá" - "*Programa de regularização fundiária e controle territorial*", financiado pela Juventude Católica Austríaca; "*Programa de Educação escolar*", financiado pela RainForest da Noruega e a NORAD e o "*Projeto Vídeo nas Aldeias*", financiado pela FAFO da Noruega e a Fundação Ford
- *projeto de demarcação waiãpi* financiado pela cooperação técnica da Alemanha GTZ.

EXECUTORA

- Conselho das Aldeias Waiãpi-APINA -foi formado para atender a expectativa das aldeias Waiãpi em ter acesso autônomo a recursos financeiros para a execução de seus projetos e obter representatividade formal diante das agências com as quais vem se relacionando (FUNAI, CTI, GTZ e governo do Estado do Amapá). Os Waiãpi, neste processo, tiveram que se defrontar com uma *generalidade* imposta por uma conjuntura externa (as normas e procedimentos legais da demarcação estabelecidas pelo Governo brasileiro), o APINA surgindo então como uma solução conciliatória entre o sistema de organização socio-política tradicional e as exigências de representação impostas do exterior. O APINA é um conselho de chefes de aldeia porque a estrutura social Waiãpi não permite um poder centralizado que se sobreponha às aldeias; quem dirige efetivamente a associação é o conselho dos chefes de aldeias; o "presidente" é o porta-voz deste conselho.
- A formação e atividades da APINA vincula-se pois diretamente à experiência da auto-demarcação do território (com 605 mil ha) que envolveu todas as aldeias Waiãpi, divididas em 7 grupos de trabalho em sistema de revesamento ao longo dos dois anos que durou a auto-demarcação (87 km de picadas e sinalização por todo o perímetro da área, além do plantio de frutíferas perenes nas linhas secas). Além desta experiência, o APINA é também responsável pela comercialização, ocasional, de artesanato e de produtos extrativistas. As lideranças ainda prevêem que nos próximos anos o APINA passará a gerir, entre todas as aldeias, a distribuição de dividendos da venda de produtos extrativista e agro-silvestre.

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

6. ÁREAS DE ATUAÇÃO TEMÁTICA DO SUBPROJETO

	PRIORITÁRIA	SECUNDÁRIA
USO DE ÁREAS DESMATADAS	()	()
RECUPERAÇÃO DOS SOLOS COM USO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS	(X)	()
BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E COM. DE PRODUC. AGROFLORESTAL	()	()
CULTURA PERMANENTE	()	()
PROTEÇÃO DE LAGOS, NASCENTES, OLHOS D'ÁGUA, FONTES E RECURSOS HÍDRICOS	()	()
PROTEÇÃO DE RECURSOS FLORESTAIS NATIVOS UTILIZADOS P/ FINS ECONÔMICOS	()	()
DISSEMINAÇÃO DE TÉCNICAS VOLTADAS P/ USO SUSTENTÁVEL DOS REC. NATURAIS	()	(X)
PROTEÇÃO E MANEJO DA FAUNA E FLORA	()	()

7. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os Waiápi vem mantendo contato esporádicos com frentes regionais há pelo menos duzentos anos sua atual área de ocupação corresponde a uma área de refugio onde os Waiápi procuraram nos últimos 100 anos manter uma relativo isolamento. De fato o contato oficial só ocorreu em 1973, por ocasião da abertura da rodovia Perimetral Norte, que facilitou a invasão de garimpeiros e a distribuição de concessões a empresas minerais, que circundam a terra Waiápi. Pequenos agricultores se instalaram nas margens da estrada e mais recentemente, fazendas estenderam a devastação da floresta até a entrada da terra Waiápi. Paralelamente às pressões e a maior convivências com esses confrontantes, cresceu a dependência dos índios em relação às agências de assistência (FUNAIE MNTB, recentemente retirada da área),

Uma das transformações mais drásticas no sistema tradicional de ocupação territorial e, conseqüentemente, no modo de vida dos Waiápi, foi a concentração dos diversos grupos locais em torno de postos de assistência, onde funcionam enfermarias e, há pouco tempo, escolas. Mas, por iniciativa dos Waiápi, esta tendência a sedentarização - que historicamente redundou em enormes perdas territoriais para os índios - está sendo controlada. Os postos (correspondendo hoje às 4 aldeias-base; Aramirã, Taitetuwa, Ytuwasu e Marily) não foram abandonados, mas não representam mais a única alternativa de sobrevivência, em detrimento a dispersão dos grupos locais na floresta; as famílias vivem intermitentemente nas aldeias-posto, mas não esperam encontrar nestes locais todas as soluções para seu futuro. Receber presente ou trocar artesanato a preço baixo com os agentes do posto não são hoje as únicas opções para suprir às necessidades criadas na fase pós-contato. Este contexto de desencantamento com a política assistencialista e o interesse dos líderes tradicionais em preservar sua autonomia cultural e territorial foi o ponto de partida de nosso programa. É claro que o interesse dos índios numa diversificação do extrativismo voltado para a comercialização, articulava-se à reativação do sistema de ocupação descentralizado, através da implantação de novas aldeias ou de acampamentos fixos em pontos estratégicos de área, podemos considerar que atualmente, foi invertido o processo de sedentarização implementando na década de 70 pelas agências assistenciais. Existem hoje 13 aldeias contra 4 na época da identificação da AI. em 1984. Os Waiápi retomaram, e fortaleceram, seu padrão tradicional de ocupação dispersa.

Há mais de dez anos, os Waiápi escolheram a fiação de ouro aluvionar como uma atividade extrativista capaz de assegurar sua autonomia na fiscalização e controle de recursos de seu território. As técnicas de fiação que haviam herdado de sua convivência

com garimpeiros foram redirecionadas através de programas de assessorias do CTI (com apoio de SEMAM e CCE) . Atualmente, a pequena produção extrativista, intermitente e de pequena escala, representa para os Waiápi a única fonte de renda economicamente compensadora para atender a demanda de bens e serviços impostos pelo contato, com reflexos mínimos sobre a vida tradicional. Mais recentemente, com apoio do projeto Demarcação, iniciaram plantios de cupuaçu e pupunha em trechos da picada da demarcação.

O que estas experiências e formas de manejo de recursos extrativistas e agrosilvestres permitem, é a continuidade de um padrão de ocupação dispersa, que por sua vez garante a fiscalização permanente dos limites da área. Os percursos seguidos pelos Waiápi constituem-se numa complexa rede de caminhos, acampamentos, zonas de produção extrativista etc., que cobrem hoje, praticamente toda a área, muitos grupos locais estão ocupando hoje zonas visivelmente degradadas pela ação predatória dos invasores. A beira de alguns dos igarapé , a superfície do solo está completamente morta, por dois motivos

- a) no garimpo com chupadeira e bico-jato a camada fértil do solo é lavada junto com o cascalho, esvaindo-se com a corrente de água; após a retirada do ouro, no local fica apenas cascalho, areia e os buracos, que servem de criadouro para mosquitos, como o anofelino da malária; a recomposição dessa parcela degradada do meio ambiente pode demandar décadas, além de desviar o curso natural dos igarapés .
- b) para facilitar a concentração do ouro (Au), no processo de extração os garimpeiros que agem na área Waiápi usam o Hg como catalisador; após a separação do Au o mercúrio é lançado no meio ambiente, tanto no solo como na água.

É indispensável, neste contexto de intenso trânsito e ocupação da terra pelos índios , iniciar um programa de recuperação das zonas degradadas pela ocupação de garimpeiros (no auge da fase das invasões entre 1970 e 1988 e pela experiência inicial de fiação realizada pelos próprios Waiápi - até 1990 - quando não tinham acesso à tecnologia alternativas, em termos de impacto ambiental). Não apenas porque essas zonas , e especialmente a bacia dos rios Aimá e Ari - onde se concentrará o presente programa são intensamente ocupadas pelos Waiápi, mas sobre tudo porque o processo de recuperação ambiental que estamos propondo visa concomitantemente implantar formas de manejo que representam tanto uma fonte de subsistência no local, como uma fonte de renda para os índios . Há ainda que assimilar o interesse dos Waiápi em gerir, através do Apina, atividades capazes de atender a demanda das várias aldeias , através da expansão de atividades realizadas com respeito à modalidades tradicionais: a produção extrativista (vegetal e mineral) é concebida pelos Waiápi como atividade intermitente, entre outras tarefas de seu ciclo de subsistência , em alvos localizados e pre-selecionados , que só são explorado na medida em que a atividade viabiliza atividades de recuperação ambiental, como reparação florísticas e faunística. Finalmente, é indispensável considerar que sem produção capaz de atender à demanda de bens e serviços desta comunidade indígena , haverá no futuro grandes riscos de cooptação dos índios para modelos dependentes e predatórios (assistencialismo, madeira, garimpo, etc...)

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

8. OBJETIVOS

8.1 OBJETIVO GERAL DO SUBPROJETO	
<p>Recuperar o solo e a vegetação de zonas da terra Waiãpi, degradada pela ação de garimpos predatórios e mitigar a poluição do meio ambiente local por mercúrio (Hg). Com isso, estará se garantindo aos índios a continuidade de seu sistema de ocupação e exploração dispersa, de suas formas de manejo de recursos extrativistas e agrícolas, em acordo com ritmos e formas de organização pre-existentes, que viabilizam a ocupação extensiva de toda a Terra Indígena, resultando em sua fiscalização permanente. O objetivo é, portanto, contribuir ao controle dos recursos naturais que os Waiãpi desejam gerir de forma autônoma e exclusiva.</p>	
8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS E INDICADORES DE RESULTADOS	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADOS
1) Implantação de um sistema mecanizado de extração de amálgama (Hg,Au) no médio Almã e Arí e treinamento da 1ª. equipe indígena	1.) Em 3 meses pretende-se que se instale todo equipamento inicie o treinamento da primeira equipe indígena para manuseio do equipamento.
2) Início do processo de extração amálgama com produção mínima estimada em 2,5kg	2.) No decorrer de 4 meses espera-se que a produção de Hg Au chegue a 2,5 kg e com rendimento suficiente para manutenção básica dos equipamentos além das equipes terem assimilado 70% método de despoluição do Hg
3) Implantação de um viveiro de mudas no local e início da terra planagem retorno dos cursos d'água ao local de origem, e aumento da extração de amálgama. despoluição	3.) Após 6 meses deverá ter início ao plantio das mudas nos locais definitivo em pelo menos 50% da área trabalhada e a produção de Hg Au chegue ao ideal de 3,5kg e todo o processo de do Hg esteja assimilado pelas equipes
4) Cursos para formação do diretoria da APINA que serão 4 no total	4.) No final dos 24 meses de vigência do subprojeto almeja-se que a diretoria do APINA esteja preparada para gerir a produção e comercialização do Au, e conduzir daí por diante sem apoio financeiro de agentes externo o processo de despoluição e recuperação das áreas degradadas

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

9. DESCRIÇÃO DO SUBPROJETO E FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

O subprojeto objetiva recuperar o solo e a vegetação de áreas da Terra Indígena Waiápi, degradadas pela ação garimpeira, mitigar a poluição do meio ambiente local por Hg e proporcionar ganhos de renda para a comunidade indígena.

Tanto o Hg quanto o ouro (Au), por serem metais pesados, ficam junto ao cascalho dos leitos dos igarapés, formando o que se é chamado amalgama de HgAu, nestes locais onde está poluído por Hg também se encontra ouro aluvionar e como eles estão juntos serão extraídos simultaneamente.

Pretendemos, para extrair o mercúrio do leito dos igarapés, utilizar um método similar àquele utilizado por garimpeiros para extrair o ouro, ou seja, um par de máquinas convencionais, especificamente um bico-jato e uma chupadeira.

O processo é o seguinte: com um bico-jato se desmonta o terreno já degradado que se transforma numa pasta de terra, Hg, Au e outros minerais. Com a chupadeira, esse material é sugado e submetido a um sistema de decantação que separa o material leve do material pesado. O material leve é lançado numa lagoa de decantação que escoar o excesso de água para o rio. O material pesado (areia, cascalho, Hg, Au e outros minerais) são centrifugados numa bateia de maneira a isolar a concentração de Hg e Au, ainda ligados, dos outros materiais. Essa concentração de Hg e Au é submetida a um sistema de destilação, que separa o Hg do Au, lançando o Hg num recipiente fechado. O Au retirado será utilizado pela comunidade como fonte de renda.

Isto feito, a área passará por um processo de terraplanagem, com o uso de um trator de pneu 4x4 com lâminas. Essa nova superfície será coberta com uma camada de terra de aproximadamente 40 cm, onde será iniciado o plantio de espécies nativas como o buriti, o açai, a andiroba entre outras, que serão produzidas no viveiro implantado no próprio local. E assim, o curso natural do rio será reconstituído. Pretendemos aplicar esse método em todas as áreas vitimadas pelo garimpo, de forma a extrair desses ambientes tanto mercúrio quanto for possível.

As áreas passíveis de serem recuperadas com este modelo já foram identificadas pelo grupo indígena com a assessoria de um geólogo. O local para iniciar os trabalhos já foi definido pela comunidade Waiápi. Para implementar o projeto são necessários o maquinário acima descrito e algumas obras de infra-estrutura no local e na cidade de Macapá. Em seguida, os índios passarão por um período de 3 meses de aprendizado, suficiente para que saibam como utilizar os sistemas. Toda a parte de execução do projeto em campo será protagonizada pelos próprios índios. A parte administrativa e financeira será, em princípio, gerenciada pelo CTI, que se compromete a repassar essa demanda gradativamente aos índios de modo a torná-los gestores completos do subprojeto.

O processo de extração de Hg e Au será orientado por geólogo, que inclusive já os assessorou desde 1991. A orientação referente ao plantio nas áreas em recuperação será feita por um engenheiro florestal. Todas as atividades do subprojeto estarão sendo acompanhadas por dois técnicos indigenistas que já atuam na área há pelo menos dois anos.

As avaliações intermediárias do subprojeto serão executadas por assessores especializados em diferentes áreas, a saber, antropológica, geológica e florestal. Essas avaliações serão feitas em reuniões semestrais entre os assessores, os técnicos indigenistas e representantes da comunidade indígena Waiápi.

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

10. ATIVIDADES POR OBJETIVO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
INÍCIO PREVISTO 01/09/96 TÉRMINO PREVISTO: 28/02/98

No.	objetivo específico/ atividade	TEMPO DE DURAÇÃO PROGRAMA								COORDENADOR OU RESPONSÁVEL										
		ANO 1				ANO 2														
		TRIMESTRES				TRIMESTRES														
		I	II	III	IV	I	II	III	IV											
1	Implantação do sistema de extração (Hg,Au) contratação de assessores(antropologo 4 meses; geologo 4 meses; tecnico indigenista 18 meses) workshop com equipe do subprojeto, APINA e lideranças Waiãpi (definição das equipes que irão revesar-se na implantação do sistema) aquisição de material permanente e equipamentos instalação de infraestrutura no médio Almã, Macapá instalação de infraestrutura no Karavõvõ	x																		
2	início da extração registro e documentação das atividades pesquisas (mercado , análises etc.)		x	x							x	x								
3	viveiros (Almã)				x	x														
4	curros para diretoria APINA curros para equipes indigenas no Almã avaliação interna (assessorias, equipe e APINA) comercialização e acompanhamento da comercialização de Au avaliação final com 2 especialistas convidados	x								x	x	x								

PEDRO D. CORRÊA

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
 PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
 FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

CUSTOS TOTAIS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Em US\$ sem Centavos) Data/Taxa de Câmbio:20 /04/96:1,00

ITENS	ANO 1				ANO 2				SUB-TOTAL		TOTAL GERAL
	1o. semestre		2o. semestre		1o. semestre		2o. semestre		PD/A	CONTR.	
	PD/A	CONTR.	PD/A	CONTR.	PD/A	CONTR.	PD/A	CONTR.			
PESAS CORRENTE											
Material de consumo	5432		2652		9287		2552		19923		19923
Despesas administrativas		12120		12120	4500	12120			4500	36360	40860
Salário Permanente	5000	12000	9000	12000	19000	13000	19000		52000	37000	89000
Serviços de Terceiros	3720		720		14220		5000		23660		23660
Cursos e Seminários	4890		5290		8130		6690		25000	0	25000
- Total -US\$	19042	24120	17662	24120	55137	25120	33242		125083	73360	198443
PESAS DE CAPITAL											
Maq. e Equipam.	54000	16280		16280	2000	16280			56000	48840	104840
Terrenos e Instalações	8300				5500		3200		17000		17000
- TOTAL	62300	16280		16280	7500	16280			69800	48840	118640
TOTAL	81342	40400	17662	40400	62637	41400	36442		198083	122200	323483

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

12. condições internas e externas que favorece e desfavorece

12.1 condições internas

Favoráveis : os Waiãpi já conhecem e dominam boa parte das técnicas de extração de ouro aluvionar, estão muito interessados em aumentar a produção ; estão abertos para novas alternativas tecnológicas e na preservação da sua terra ; além disso a conclusão com êxito da auto demarcação ; a aprovação pela GTZ do projeto de fiscalização e monitoramento do entorno e do projeto de saúde (convenio CTI/FUNAI/Governo do Estado do Amapá), estabelecerão condições amplamente favoráveis e complementares ao subprojeto apresentado.

Desfavoráveis : possível pressão da FUNAI local contra o processo de autonomia política e econômica dos Waiãpi . A capacidade de administração da APINA pode provocar uma certa lentidão inicial - que talvez possa desanimar os índios um pouco no início.

Condições externas

Favoráveis : o Governo do Estado do Amapá é muito favorável a questão indígena e já manifestou apoio na defesa da iniciativa dos índios em explorar de forma sustentável os recursos minerais existentes na área indígena, além de considerar esta iniciativa como modelo para o Estado.

desfavoráveis : os garimpeiros e mineradores continuarão na tentativa de cooptação dos índios - e isto já é uma prática: quando os índios vêm a Macapá para compras, são frequentemente cercados por garimpeiros que lhes pagam comida e convidam para ir em suas casas onde fazem propostas; até o momento isto está razoavelmente controlado, pois os garimpeiros ainda são considerados inimigos e eles ainda contam com o apoio do CTI para viabilizar o ideal de aumentar a produção de Au, mas está muito próximo de algem aceitar uma proposta destas se não houver um incremento nas atividades muito em breve .

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICIAIS DO BRASIL
PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A
FORMULÁRIO DE SUBPROJETO

13. continuidade do subprojeto.

no que diz respeito a continuidade das atividades não serão mais necessários investimentos para extração de Hg Au pois os benefícios da venda de Au serão suficiente para manutenção e reinvestimentos, com possibilidades ainda de ampliação para outros alvos de despoluição como por exemplo, o karvôvô na região sul da terra waiãpi. É claro que ainda será necessário um acompanhamento de perto por algum tempo principalmente na questão do gerenciamento do APINA e esclarecimentos quanto aos novos modelos de cooptação que serão tentados por garimpeiros e empresas mineradoras

*Documento anexo para o entendimento do Projeto:
Recuperação e Despoluição
de Áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo*

Informe do Centro de Trabalho Indigenista
sobre as atividades do Projeto Waiãpi

Dominique T. Gallois
Dezembro de 1996

Centro de Trabalho Indigenista

INFORME SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO WAIÃPI / AP

Há vários anos, o CTI desenvolve atividades de assessoria direta à comunidade indígena Waiãpi (Amapá), atendendo à demandas desses índios nas áreas de regularização fundiária, educação, atividades produtivas e, mais recentemente, saúde.

Esses programas contam com a participação de uma equipe interdisciplinar, que ampliou o acompanhamento antropológico que, enquanto antropóloga, eu vinha realizando desde 1977, apoiando in loco iniciativas tomadas pelos índios para a defesa de sua terra e para garantir um relacionamento mais equilibrado e autônomo com a população envolvente. As metas desses programas podem ser resumidas como segue:

- Uma escola adaptada à seus interesses e a capacitação instrumental para a gestão de seus próprios projetos culturais e econômicos, foi a reivindicação mais antiga dos Waiãpi. Para atender esta demanda, iniciamos em 1991 um programa de formação de jovens que, hoje, já atuam como professores de suas escolas, intérpretes e secretários do Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA, criado em 1994. Inicialmente, contamos com apoio da Fundação Vitae e, atualmente, com financiamentos do MEC e da Fundação Mata Virgem da Noruega.
- As atividades na área de educação e de fortalecimento da autonomia cultural do grupo vem sendo apoiadas, também, pelo Projeto Vídeo nas Aldeias do CTI, que alimenta quatro videotecas nas aldeias e está formando dois cinegrafistas indígenas.
- Outra demanda dos Waiãpi, interessados em incrementar sua pequena produção de ouro aluvionar, foi atendida através do Programa "Recuperação ambiental e controle territorial", financiado pela SEMAM em 1992/93. De fato, desde o início dos anos 80, quando expulsaram a maior parte dos garimpeiros invasores de sua terra, os Waiãpi faiscam ouro, em pequena escala e ritmo sazonal. Como haviam herdado dos garimpeiros técnicas ambientalmente inadequadas, o programa do CTI visou reorientar suas práticas em novos moldes; hoje, os índios continuam garimpando em pequena escala, sem uso de mercúrio e com capacidade para recuperar as áreas trabalhadas. Entre 1994 e 1995, as atividades de assessoria foram sistematizadas, com apoio da Comunidade Européia, na forma de um programa de "Controle territorial e diversificação do extrativismo". A continuidade desse programa, especialmente no que toca à recuperação ambiental das áreas degradadas pelos garimpeiros que invadiram a área nos anos 70, será realizada com apoio do PD/A, que recentemente aprovou um projeto apresentado e que será executado pelo CTI e pelo Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA.
- A demarcação de sua terra era outra demanda que foi atendida em várias etapas de trabalho. A identificação da área, cuja delimitação foi aprovada em 1984 e efetivada em 1985, ocorreu paralelamente ao fortalecimento das iniciativas de defesa territorial colocadas em prática pelos Waiãpi, que expulsaram, no final dos anos 80, todos os garimpeiros invasores de sua terra. A demarcação física foi realizada entre 1994 e 1996, com apoio da Cooperação Técnica do Governo Alemão / GTZ, que financiou o CTI para a coordenação das atividades de demarcação da área, realizada com intensa participação indígena.

- Para apoiar os índios na execução de seu plano de fiscalização permanente nos limites demarcados, o CTI continua assessorando as equipes indígenas de “demarcação” através de um programa financiado pela FUNAI / PNUD. Uma das atividades principais deste sub-programa é o apoio técnico aos plantios agro-silvestres nas picadas (cupuaçu e pupunha), que, além de garantirem a visibilidade dos limites, constituirão-se como futura fonte de renda para a comunidade.
- Finalmente, a partir deste ano, o CTI iniciou atividades na área de saúde, através do Programa de Saúde Waiãpi, financiado pelo Governo do Estado do Amapá, que visa melhorar as condições de saúde nas 12 aldeias da área e reorientar as práticas assistenciais vigentes, de forma a garantir maior autonomia da comunidade.

Todos os programas do CTI vem sendo realizados com acompanhamento da FUNAI, através não apenas de vistoria como de participação na comissão técnica dos programas. O CTI mantém um convênio para o trabalho de “demarcação, monitoramento e vigilância da Terra Waiãpi” e outro (em fase final de implementação) para as atividades na área de saúde.

O principal resultado e meta permanente de nossas atividades junto aos Waiãpi é garantir a participação da comunidade, capacitando-a para a gestão autônoma de seu futuro. Apoiamos o engajamento dos Waiãpi tanto na produção como na condução de alternativas econômicas - o extrativismo vegetal e mineral, a silvicultura - que foram escolhidas por eles e que estão sendo implantadas num ritmo adequado à suas necessidades e formas de organização social. Para alcançarmos esta meta, de médio prazo, enfatizamos no momento atividades de caráter educacional e, no que toca ao controle territorial, priorizamos além da demarcação, a implantação de técnicas reparadoras das agressões impostas ao meio ambiente pelas invasões ocorridas nas décadas de 70/80.

A demanda dos Waiãpi, efetivamente, centra-se na autonomia que desejam adquirir em relação ao controle das práticas assistencialistas vigentes. Eles assumem serem capazes de gerir sozinhos estas atividades, mediante capacitação que solicitaram ao CTI fornecer-lhes.

Esta expectativa dos índios e o apoio que o CTI tem oferecido choca-se, entretanto, com visões mais tradicionais a respeito dos “índios”, tidos como incapazes de superar a condição de assistidos permanentes. Acreditamos que os problemas de entendimento relacionados aos programas de capacitação do CTI em curso naquela área indígena, demonstrados por quem questiona a capacidade dos Waiãpi em atingir os resultados almejados por estes programas, relacionam-se ao padrão paternalista que o senso comum continua considerando como a única alternativa de futuro para os índios. Esse padrão, entretanto, já demonstrou ser ineficiente e superado, especialmente porque não impediu, em inúmeras áreas indígenas, nem a cooptação e exploração dos índios, nem danos irreversíveis ao meio ambiente

Dominique T. Gallois
Antropóloga - Assessora
Centro de Trabalho Indigenista
12/96

*Documento anexo para o entendimento do Projeto:
Recuperação e Despoluição
de Áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo*

*Documentos encaminhados pelos Waiãpi
a diversos atores da campanha contra o CTI*

Conselho das Aldeias Waiãpi - APINA

- 1º - Antigamente a floresta é pura, o igarapé é pura e não dá doentes
- 2º - Garimpeiros explorava ouro e poluiu a nossa terra
- 3º - Projeto é do APINA. Por causa da poluição.
- 4º - O nosso trabalho vai ser muito diferente dos garimpeiros.
- 5º - Garimpeiros que não trabalha direito.
- 6º - Mercúrio que for tirado nós vai entregar na mão do IBAMA
- 7º - Nós não queremos que jabuti e outros bicho morre no buraco.
- 8º - PDA é para o povo Waiãpi se preparar.
- 9º - Por enquanto CTI é nosso assessor. No futuro não.
- 10º - CTI, FUNAI não dá dinheiro para os Waiãpi
- 11º - Projeto ajuda não depender de ninguém.
- 12º - Acredita nossa palavras
- 13º - Como conseguiremos dinheiros consertar equipamento
- 14º - CTI, FUNAI não manda Waiãpi.
- 15º - Devagar aprendiremos trabalhar com PDA
- 16º - Uma família não vai trabalhar por anos.
- 17º - Já conhecemos dinheiros.
- 18º - Os brancos não compra artesanato.
- 19º - Nos não estamos trabalhando na terra de branco
- 20º - Queremos deixar a terra limpa.
- 21º - Dinheiro do ouro vai caí na conta do APINA.
- 22º - Terra que foram estraga por garimpeiro no Karavovo Ari, Kumäkary Ijypiona e no Okakai.
- 23º - PDA é para cuidar da demarcação.
- 24º - Os garimpeiros não vai trabalhar conosco.
- 25º - Estudantes não irão esquecer da nossa cultura Waiãpi.
- 26º - Não é o CTI que vai vender o ouro. É nós mesmo.
- 27º - Falando só, conseguiremos no futuro.

Kassiripira Waiãpi

Kassiripira Waiãpi
-Presidente APINA-

Conselho das Aldeias Waiãpi - APINA

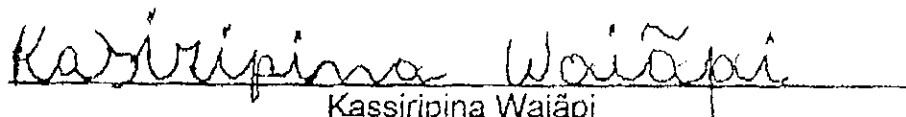
Aldeia Aramirã , dia 21 de dezembro de 1996.

SR . Presidente da FUNAI
SR . Procurador em Brasília.

Nós já muito tempo falamos no projeto do PDA: para retirar mercurio que os garinpeiros deixou no igarape, com isso os Waiãpi estão preocupado, por que esta envenenando a água que da diarreia, que também não pode come peixe que da doença. Também agua parada cria malária. Nós não vamos trabalhar como os garinpeiros. Nós trabalhamos de outro jeito, nós não usamos mercurio , tanpamos buraco. Plantamos açai, cacau, bacuri, jenipapo. Estes frutas serve para nós e para os animais . A maquina vai tirar mercurio junto vem ouro . Mercurio a gente vamos entregar para o IBAMA. Este ouro vai repartir para Waiãpi e para APINA . Metade vai para APINA e outro metade vai para Waiãpi , quem trabalhou no garinpo . Essa metade que vai para APINA vai ser ceperando com combustível para trabalhar e para vigiar o limite na nossa area. Para comprar peça de motor de popa ,para consertar carro, munição, ferramentas, espingarda, anzóis.

Nós não queremos depender da Funai, e do CTI. Nós queremos ser virar sozinhos . Por que a Funai ou CTI não vão dar as coisas a vida toda para os Waiãpi . Este projeto não só para tirar mercurio e ouro é para ensinar Waiãpi mexer com a maquina e mexer com banco. Nós não vamos virar como branco . Também nós não vamos trabalhar direto no garinpo, por que nós temos que cuidar nosas roças , temos que coidar nosas festas , temos que fazer artesanato. Nós não vamos deixar cultura . Também nós não vamos ficar direto na Cidade, só para fazer compra. Nós não vamos deixar nunca mais os garinpeiros entrar na nossa area. Só os Waiãpi mesmo que vão garimpar na area.

Um abraço.


Kassiripina Waiãpi
Presidente APINA

Posição dos representantes do Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA

na discussão do Projeto PDA "Recuperação de Áreas da TI Waiãpi degradadas por garimpo", por ocasião da reunião convocada pela FUNAI, em Macapá, nos dias 8 a 10 de abril de 1997.

Posição final dos Waiãpi, no último dia da reunião:

Nós estamos lutando naquele caminho mesmo, para nós, não tem dois caminhos. Porque nós não temos ainda maquinário, vocês não viram a gente trabalhar, vocês não viram a gente trabalhar, estragando a terra. Não vamos estragar a nossa terra. Fomos nós Waiãpi que discutimos o projeto com todos os chefes e criamos o PDA. Sabemos que vocês autoridades são nossos amigos, mas não estão entendendo o nosso projeto, é preciso esclarecer para vocês. Vocês são autoridades de seu povo, eu também sou do meu povo.

O PDA é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso. É também para tirar ouro para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e por isso não podem prender o nosso projeto.

(Chefe Waiwai, aldeia Mariry, na tradução de Aikyry).

Sequência das intervenções dos Waiãpi, durante a reunião:

Onde está o projeto do PDA ? Sumiu ? Nós viemos falar aqui para liberar o projeto. Fomos nós mesmos que fizemos o projeto. Foram os caciques que mandaram fazer. Viemos fazer na cidade, nos cursos. Branco também ajudou.

Funai falou assim: Waiãpi não sabe nada ainda para poder fazer projeto. Porque então a Funai não ajudou a fazer o projeto ? Porque ? Funai não participa dos cursos, porque Funai não vai ? Funai não vai e diz que índio não sabe nada. Se nós não soubessemos nada, não faríamos o projeto.

Funai falou aos caciques que ele era igual criança, então a Funai também é igual criança.

CTI é que vem ensinar, com cursos, para podermos trabalhar sozinhos. Há muitos anos Funai trabalha com os índios. Nós pedimos muita coisa e ela não consegue atender, não conseguiu nem mandar enfermeiro para as aldeias. Funai sempre fala que não tem dinheiro. Porque que tem homem branco que fala escondido com outro Waiãpi ? Porque não fala tudo para os caciques ouvirem. Eu não falo escondido. Se alguém do CTI trabalhar errado, nós vamos mandar embora. Esses jovens que aprenderam nos cursos traduzem o que falam os caciques.

Se branco não acredita na palavra dos caciques, então também não acredito na palavra de branco.

Homem branco não manda em nós. Homem branco só fala de garimpo, garimpo, garimpo ! Não é isso não ! Branco fala que índio vai virar garimpeiro. Índio não vai virar garimpeiro. Garimpeiro é quem estraga a terra.
 Quem é que cuida da terra do índio ? Índio mesmo !
 Será que homem branco vai cuidar da terra do índio ?
 Não. O branco cuida da terra dele.
 Índio não fala que vai cuidar da terra do branco.
 Nós fizemos projeto porque já chega de buraco. Não estamos pensando só em ouro. Pensamos em como limpar nossa área.
 Ninguém quer trabalhar errado. O projeto não é de garimpo não, tem muita coisa estragada, tem malária, tem peixe contaminado. Acho que é mercúrio, isso porque antigamente não tinha isso.

Antigamente nossa área era limpa, não tinha doença, Agora é diferente. Por isso nós fizemos projeto, não é só garimpo. Nós usamos coisa de branco também, temos motor carro. Índio mesmo dirige, já tem oficina.
 Nós sempre continuamos a fazer curso. O projeto não é só ouro não ! Temos muitas outras coisas para fazer também com apoio do projeto. Nossa oficina está parada e aqui na cidade está cheio de motor quebrado.
 Por isso, índio precisa aprender a trabalhar sozinho. Para se virar sozinho sem precisar pedir dinheiro ao branco. É isso que nós queremos.
 Será que a Funai vai ficar comprando coisas para o índio ? Não vai. Eu não vou esperar mais não. Já chega disso. Waiãpi só quer trabalhar para conseguir seu dinheiro.

(Kasiripinã, aldeia Ari, Presidente do APINA)

Algumas autoridades estão atrapalhando o nosso projeto, o nosso trabalho, porque prendeu o projeto. Nosso projeto para onde foi, será que desapareceu ? Foi a mesma coisa com a oficina, porque não libera esse projeto ?
 Meu neto está aqui, ele me ajudou tanto para fazer este projeto. Ele já traduziu minha fala para escrever o projeto.
 Será que o branco quer que Waiãpi acabe ?
 Os brancos não querem liberar este projeto para conseguir a despoluição, para recuperar a nossa área.
 Queremos que as autoridades que fecharam o projeto desprendam esse projeto, porque nesse projeto existe o programa de capacitação, o programa oficina, o programa combustível, não existe só programa de maquinário nesse projeto.
(Chefe Waiwai, aldeia Mariry, na tradução de Aikyry).

Nós viemos aqui por causa do projeto que está preso. Queremos saber quem prendeu o projeto. Nós não pensamos só em projeto de garimpo, pensamos em demarcação também, por isso nossa terra foi demarcada há pouco.

Antigamente o meu pai, meu avô, não sabe isso, nunca encontrou branco. Meu avô não precisa coisas, porque antigo não tinha doença, como agora, que nós precisa se tratar com remédio de branco. Por isso nós precisa o projeto. Por isso não queremos que o projeto ser cortado. Por isso alguns não podem mexer com o projeto dos Waiãpi. Quem prendeu projeto agroa tem que liberar o projeto. Não pode ficar preso tanto tempo. Porque não é só garimpo. Tem muito pra se fazer, tem muito para ajudar o povo.

(Chefe Matapi, aldeia Taitetuwa, na tradução de Seki)

Eu venho falar aqui da minha terra.

Na minha terra teve muito problema de garimpo, por isso eu vim pra falar disso aqui. Na minha terra, o garimpeiro foi explorando. Se fica desse jeito mesmo, a minha terra estragada não é bom prá nós, porque é difícil assim ficar com a terra estragada, é ruim prá nós.

Queremos o projeto porque a gente adocece muito e não tem o motor para levar o doente, não tem o casso para levar até o hospital. O motor está quebrado. Não tem dinheiro para consertar. A Funai não vai consertar também, nós ouviu a Funai sempre falando que não tem dinheiro.

Se nós tem esse projeto do garimpo, ia viver muito boem. Aí o motor quebra, nós mesmos ia pagar o conserto do equipamento,. Aí é melhor prá nós.

Por isso é que nós fizemos o projeto. Não pode prender o projeto, porque nós precisa mesmo. Se não tem o projeto, quem é que vai arrumar dinheiro para nós ?

(Chefe Seremete, aldeia Taitetuwa, na tradução de Seki)

Isso. Nós vem fazer reunião junto com todos aqui em Macapá sobre PDA. Isso de PDA como cacique falou todos para vocês. Foi Waiãpi que fez PDA. Fecharam o PDA que os Waiãpi fez. Porque fizemos ?

Porque branco estraga toda a área dos Waiãpi. Isso. Nós falamos a verdade.

Ninguém veio aqui mentir não. Nossa palavra é verdade.

Nós queremos também da Funai, o Toninho, ajudar também os Waiãpi a falar do garimpo que estragou toda a nossa área.

Branco pensa que nós Waiãpi está mentindo, que não é verdade que garimpeiro estrada a terra. Quem foi la olhar ? Pessoal da Funai, da Sema. Isso PDA nós pedimos para recuperar, pra tirar tudo que está sujo.

Tem outro que pensa que nós só estamos atrás de ouro. Não, tem mais coisas.

Nós fizemos demarcação, já tá homologado. E nós vamos vigiar a demarcação.

Branco pensa que nós estamos só atrás de ouro, todo mundo agora só pensa isso. Isso é quem pensa em mineração. Nós não. Quem pensa assim está errado.

Nosso pensamento, como os caciques já falaram, para vocês é também a oficina, o motor quebrado, tem mais coisas ainda.

Funai não tem dinheiro para dar para os Waiãpi. Quem vai dar de graça aos Waiãpi. Acho que ninguém ! Então é melhor os Waiãpi se virar sozinhos. Nem o CTI vai dar para os Waiãpi, nem o Procurador.

Nós Waiãpi, o nosso pensamento é diferente do branco, muito diferente.

Porque o Waiãpi não acaba com a mata ? Porque não fica sempre aqui na cidade, acaba com o mato. Porque esses brancos que estão aqui nessa reunião pensam que os índios Waiãpi vão acabar com a terra deles ? que vão explorar mineração ? Não é isso não. Nós também pensamos no nosso futuro. Nós vamos trabalhar em equipe, pra consertar a área. Primeiro vai um pessoal e os outros ficam nas aldeias, trabalhando por lá, depois a gente troca.

É por isso que Waiãpi está precisando do PDA.

(Chefe Kumare, aldeia Aramirã)

Nós não estamos falando de mineração. Estamos falando do projeto que é para ajudar o APINA que está parado, não está conseguindo dinheiro para a manutenção dos equipamentos.

Essa mineração que vocês falam é o trabalho dos garimpeiros. Eu já vim muitos filmes de garimpeiros que estão estragando a terra. Os geólogos da Sema já viram o nosso trabalho. Já viram que nós tampamos os buracos, que não estamos estragando a terra e não estamos destruindo a floresta, nós já explicamos tanto isso ! Outra coisa, esse projeto de frutíferas - de plantação de cupuaçu - para nós que moramos nas cabeceiras dos igarapés, fica difícil, porque como vamos carregar as mudas, nas costas ? Isso só dá para o pessoal do Tsaku que mora perto da Perimetral Norte. Para eles, fica fácil, mas para nós não. É por isso que nós estamos dizendo que só alguns Waiãpi vão tirar um pouquinho de ouro para manter a família e o APINA. Os artesanatos que fazemos o branco quase não compra. Por exemplo: se eu trazer artesanato aqui para vocês comprarem, vocês vão discutir qual é o mais bonito, qual é o mais barato.

Nós sabemos o que mineração, e não estamos querendo fazer isso. Mineração é estragar a terra, a floresta, é muito feio. Nós não queremos isso.

Eu vou dar um exemplo: eu trabalho no garimpo, tiro 30 gramas de ouro e por isso eu vou ter para manter a família. Quando eu estou cansado, outra família vai. Não é todo mundo que vai atrás de ouro, só vão os que precisam.

(Aikyry, aldeia Mariry)

Muitos brancos já falaram para mim que garimpo dá muita doença, malária, por isso eu tenho medo de morrer, medo que meus parentes morram. A Funai conta para mim que é muito perigoso. A Funai ajuda a gente, há muitos anos trabalha com a gente, dá remédio. A Dominique só trabalha separado, comigo ela não trabalha. Eu sou índio Waiápi, eu mando na minha terra.

(Chefe Tsaku, aldeia Manilha)

//

Macapa, 15 de maio de 1997

Sr. deputado Antonio Feijão

Nós Waiãpi estamos escrevendo essa carta para dizer que não estamos gostando dessas fofocas que o senhor está falando nos jornais sobre nós. Por isso nós pensamos: - então Feijão não é nosso amigo, porque fica atrapalhando o nosso trabalho e o trabalho do CTI também.

Nós Waiãpi não ficamos atrapalhando o trabalho do senhor.

Por que só o senhor fala que Dominique está enganando os Waiãpi com espelho pequeno e outras coisas? Por que o senhor sempre fala da Dominique? Ela não rouba ouro dos Waiãpi, também quando produzimos um pouco de ouro não damos a Dominique. Ela também não engana nós com besteira, não é verdade essas coisas que o senhor está falando. As autoridades Waiãpi não estão sabendo de nada disso, nem a Funai que sempre acompanha nós não está sabendo disso.

Outra coisa que queremos esclarecer é que a Funai e nós Waiãpi sabemos que não foi a Dominique que expulsou os missionários da nossa área.

Por isso nossos cacique falam para o senhor Feijão: será que o senhor já conhece a gente e já trabalhou alguma vez com os índios?

Então não pode falar que Dominique enganou Waiãpi, roubando ouro, fazendo Pista de Pouso na área Waiãpi. Nós não estamos sabendo nada disso. Isso não é verdade, é tudo mentira.

Nós já sabemos por que Feijão e outras pessoas estão fazendo fofoca com a Dominique e o CTI. Dominique está ajudando muito os Waiãpi.

Quando que Feijão já ajudou os Waiãpi e outros índios? Só é amigo dos garimpeiros. Será que não está sabendo, não ouviu dizer que os garimpeiros estão matando e invadindo a terra dos Yanomami?

Sobre isso o senhor não fala nada, não faz fofoca com os garimpeiros. Só fala que o CTI está roubando Waiãpi e Dominique também.

Nós não perturbamos o seu trabalho, por isso não queremos que atrapalhe o nosso trabalho.

Também não queremos que os missionários retomem para a nossa área. A Funai falou para nós que a volta dos missionários não é bom, porque acaba com a cultura dos índios, e é por isso que a Funai expulsou eles da nossa área.

Queremos que pare com essa fofocas, nós Waiãpi não somos crianças. Adulto fala coisa séria, não mentiras.

Muru Waiãpi
vice presidente

Conselho das aldeias Waiãpi - APINA

Macapá 06 de Junho de 1997

Para senhora Marina Serradora

Nós Waiãpi somos dono do projeto do PDA
O projeto foram feito pelos caciques.
Os caciques falavam e nós novos traduziram = C.T.I.L centro de
trabalho indigenista esmerendo.

Nós fizemos o projeto para expulsar as áreas que foram
degradada pelos garimpeiros, também não queremos mais depender
das autoridades dos brancos. Nós Waiãpi não vamos esperar a
promessa da FUNAI e sabemos que não queremos pedir tudo
tempo aos autoridade. Estamos cansado disso. Queremos autonomia.

O deputado Antonio Feijão é contra o projeto. Por exemplo:
Ele foi contra a retirada dos garimpeiros da área.
Ele foi contra nós Waiãpi garimpar sozinho.
Ele foi contra a demarcação da nossa área. E agora é contra o projeto
do PDA.

Funai nunca apoiou os Waiãpi com o projeto e desirrar o
funcionário Wilson Marinho atrapalhar o tempo todo. Falando
muito mentira.

A Funai antes da da demarcação falava P/nós Waiãpi
demarcar pequena área. Os Waiãpi que mora muito longe
chamar eles para se juntar. Eles falaram que nós não iremos
conseguir a nossa área.

Os missionários é contra o projeto. Eles também contra retirada dos garimpeiros, porque eles falaram que não podia brigar. Eles disse que o Deus não deixa. Eles falaram também que não não precisava demarcar porque o Governo não deixa entrar os garimpeiros.

Tem índios Waiápi contras do projeto. Por exemplo: eles eram contra a retirada dos garimpeiros. Eles eram contra também a demarcação da nossa área.

Quando o missionário não ~~estava~~ na aldeia, todos mundo brigava com os garimpeiros

Eles falaram também que quando nós índios Waiápi demarcarem a nossa terra os garimpeiros vão invadir a nossa área. Eles também quase não trabalharam na demarcação. Mas hoje eles acham bom demarcação. Agora também contra são o projeto. Eles falam que o projeto não é bom, cria muito malária.

Mas o projeto para isso também.

Agradecemos.

Japurápi uniaipi

00 772 568 / 0001 - 20
CONSELHO DAS ALDEIAS WAIAPI
Av. Ernestino Borges, 209
B. Central - CEP 68.008-010
Macapá - AP